

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

1. ATA DE REUNIÃO: 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONAPE	
Data: 09 e 10 de dezembro de 2025	Início: 09h00
Local: Auditório Manuel Jacaré - Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Quadra 02, Lotes 530 a 560, Edifício Soheste, Brasília/DF.	Término: 18h00
Relatora: Adriana Vilela Toledo - Secretária do Conape	
A. Mesa de Abertura	
André Carlos Alves de Paula Filho - Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura Rivetla Édipo Araujo Cruz - Secretário-Executivo	
B. Informes Sobre a Metodologia da Reunião	
1. Aprovação da Ata 45ª Reunião Ordinária / 5ª Reunião Extraordinária; 2. Devolutiva sobre as deliberações da reunião anterior - Adriana Vilela Toledo – Secretária Executiva do Conape.	
C. ORDEM DO DIA	
09.12.2025	
1. Apresentação do boletim dos resultados da pesca e aquicultura no plano safra e do programa desenrola rural - Bruno de Souza Machado – economista da secretaria-executiva do MPA e Felipe Gasparotto de Castro – economista da Coordenação-Geral de Infraestrutura e Fomento da SE/MPA; 2. Apresentação da cartilha de linhas de crédito do Plano Safra para pesca e aquicultura 2025/2026 - João Victor Falco Hurtado Rodriguez – economista da Coordenação-Geral de Infraestrutura e Fomento da SE/MPA; 3. Apresentação da cartilha dos terminais pesqueiros públicos - Felipe Gasparotto de Castro – economista da Coordenação-Geral de Infraestrutura e Fomento da SE/MPA; 4. Lançamento da Estratégia Nacional Oceano Sem Plástico (ENOP) - decreto nº 12.644/2025 - José Luis Vargas - Diretor do Departamento da Indústria do Pescado da SNPI/MPA, Geize dos Santos – Coordenadora de Certificação do Departamento da Indústria do Pescado da SNPI/MPA e Giulliana Figueredo – Engenheira de Pesca do Departamento da Indústria do Pescado da SNPI/MPA; 5. Atualizações sobre o registro geral do pescador e pescadora profissional e outras ações da SERMOP - Carolina Dória – Secretária Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa do MPA e Elielma Borcem – Diretora do Departamento de Registro e Monitoramento da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA;	
10.12.2025	
1. Novos procedimentos relacionados ao requerimento do Seguro Desemprego (Seguro-Defeso) pelo pescador profissional artesanal (medida provisória nº 1.323/2025) - Carlos Augusto Simões Gonçalves Junior – Secretário Nacional de Proteção ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, João Paulo Ferreira Machado – Diretor de Gestão de Benefício do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e Márcia Eliza de Souza – Diretora de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do Instituto Nacional do seguro social – INSS; 2. Apresentação das oitivas da construção do plano nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura - Fernanda Gomes de Paula – Secretária Nacional de Aquicultura; 3. Apresentação do caderno de estratégias do MPA - Adriana Souza Papaleo – Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares e Federativos do MPA;	

4. Apresentação das ações do Ministério da Pesca e Aquicultura na COP 30 - Yan Brasil – Analista Técnico em Assuntos Internacionais da Assessoria Especial Internacional do MPA;
5. Apresentação das Ações do Comitê da Conformidade da Pesca Nacional - José Luiz Vargas – Diretor do Departamento da Indústria do Pescado da SNPI /MP e Agnaldo Hilton dos Santos – Presidente do Comitê de Conformidade da Pesca Nacional;
6. Apresentação das Ações do Comitê da Competitividade da Tilapicultura - Juliana Lopes - Diretora do Departamento de Aquicultura em Águas da União da SNA/MPA e Francisco de Medeiros – Presidente do Comitê de Competitividade da Tilapicultura;
7. Apresentação das Ações do Comitê da Competitividade da Carcinicultura - Alberto Furtado Martins Junior – Coordenador de Sustentabilidade da SNA /MPA e Itamar de Paiva – Presidente do Comitê de Competitividade da Carcinicultura;
8. Apresentação das Ações do Comitê da Pesca Amadora e Esportiva - Lariessa Moura de Araújo Soares – Coordenadora-Geral de Desenvolvimento da Pesca Industrial, Amadora e Esportiva da SNPI/MPA e Regis Portari - Presidente do Comitê da Pesca Amadora e Esportiva;
9. Ações da comissão organizadora da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca - Adriana Vilela Toledo – Secretária do Conape e Paulo Faria – Chefe de Assessoria da Participação Social e Diversidade do MPA;
10. Encaminhamentos e Informes Gerais - Édipo Araújo – Secretário-Executivo do MPA e Adriana Vilela Toledo – Secretária do Conape;
11. Encerramento – Secretário-Executivo - Édipo Araújo.

Lista de Presentes:

Representantes Governamentais - Titulares:

1. Carlos César de Mello Junior – Ministério da Pesca e Aquicultura;
2. José Germano Batista – Casa Civil da Presidência da República;
3. Humberto Pires da Silva – Ministério do Turismo;
4. Raimundo Filho - Ministério da Defesa;
5. Sérgio Velho - Ministério Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Cidadania;
6. Renan Fabian Lisboa – Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Representantes Governamentais – Suplentes:

1. Winnie Muniz Brum – Ministério da Agricultura e Pecuária;
2. Iran júnior - Casa Civil da Presidência da República;
3. Carolina Amorim da Silva Bittencourt – Ministério da Pesca e Aquicultura;
4. Miriam Gomes Alves - Ministério Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Cidadania;
5. Iran Pereira Veiga Junior – Casa Civil;
6. Kauara Brito Campos – Ministério da Saúde;
7. Érico Martins – Ministério da Defesa;
8. Joarez Filho - Ministério do Turismo
9. Marília de Sousa - Ministério dos Povos Indígenas

Representantes dos Órgãos Públicos

1. Dário Ferreira de Paula – Caixa Econômica Federal;
2. Emanuel Simões - Caixa Econômica Federal;
3. Marco José Melo Neves – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA.

Representantes da Sociedade Civil Organizada – Titulares:

1. Ajax Santos Tavares - Confapesca;
2. Letícia Bruning Canton – Oceana Brasil;
3. Rochelle Cruz de Araujo – CedePesca;
4. Regis Portari – CBPE;
5. Elizeu Augusto Brito – Faep/BR;
6. José Henrique Pereira – Conttmaf;
7. Gilberto Lima Santos – CPP;
8. Maria José da Silva – CNPA;
9. Carlos Sérgio Leite – Anepe;
10. Fernando Bosisio - Instituto Peroá;
11. Flávio Lontro – Confrem;
12. Bruno Landim – Anepe;
13. Roosekely de Souza – CBPA;
14. Clóvis Amorim – Confespa;
15. Maxuel da Costa – FNTTAA;
16. Márcio Roberto dos Santos – CNCTC.

Representantes da Sociedade Civil Organizada – Suplentes:

1. Carlos Sergio Marques - Anepe;
2. Luís Penteado – Conttmaf;
3. Edicarlos Cavalheiro – MPP;
4. Miriam Bozzetto – Oceana Brasil.

Representantes da Área Empresarial – Titulares:

1. Marilsa Patrício Fernandes – Peixe SP;
2. Itamar de Paiva Rocha – ABCC;
3. Agnaldo Hilton – Pesca BR;
4. Ricardo Dias dos Santos – Abla;
5. Francisco de Medeiros – Peixe BR;
6. Laís Belsito Pestana – Abipesca;
7. Dalmo Mucio Silva – Aba;
8. Carlos Eduardo Olyntho – Conepe;
9. Francisco Hidalgo – CNA.

Representantes da Área Empresarial - Suplentes:

1. Carlos Alberto Pereira - Sindirações;
2. Felipe Weber – Abla;
3. João Carlos Filho – Peixe BR.

Representantes da Área Acadêmica e da Pesquisa – Titulares:

1. Marco Aurelio Bailon - Aoceano;
2. Fabiana Pilarski – Abrapoa;
3. Ronaldo Cavalli – Aquabio;
4. Dárlio Inacio Teixeira – SBFic.

Convidados Permanentes:

1. Fernanda Gomes de Paula – Secretaria Nacional de Aquicultura;
2. Cristiano Wellinton Ramalho – Secretário Nacional de Pesca Artesanal;
3. Caroline Doria – Secretária Nacional de Registro Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa;

Convidados:

1. André Luiz
2. Alexandre Rezende – Fish TV;
3. Mac Regis – MPA;
4. Adam Veira – MPA;
5. Gutemberg Andrade – MPA;
6. Mayara Andrade – MPA;
7. Thays Soares – MPA;
8. Yan Brasil – MPA;
9. Catarina Cardoso – MPA;
10. Valmira Gonçalves - CPP;
11. Luan Kelvin – MPA;
12. Poliane Batista – MPA;
13. Sabrina de Oliveira – MPA;
14. João Paulo Machado – MPA;
15. Kerley de Carvalho – Caixa Econômica Federal;
16. Marcelo Assumpção - Anjos do Mar;
17. Adam Vieira Santos – MPA;
18. Maria Giovana – MPA;
19. Felipe Gasparotto – CGIRF-MPA;
20. Rafael Martins – MPA;
21. Quêner Chaves dos Santos – SNPA;
22. Paulo Ferreira – SNPI.

PRIMEIRO DIA DE REUNIÃO

No dia nove de dezembro de dois mil e vinte cinco, no Auditório Manoel “Jacaré”, na sede do Ministério da Pesca e Aquicultura, em Brasília - DF, estavam presentes os(as) membros, convidados(as) e observadores(as), de forma presencial e virtual, conforme lista de presença anexa ao processo.

1. POSSE DA NOVA COMPOSIÇÃO DO CONAPE – BIÊNIO 2025-2027 E LANÇAMENTO DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA

1.1 Com a palavra, a **Secretária do Conape Adriana Toledo**: iniciou a solenidade. Indicou que o dia marcaria a posse dos novos conselheiros, o reforço do compromisso do MPA com a participação social e a apresentação da continuidade da agenda do Conape e apresentação da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. Para a composição do palco, foram convidados o Ministro da Pesca e Aquicultura André de Paula, o Secretário-Executivo do MPA Édipo Araújo, a Secretária Nacional de Aquicultura Fernanda de Paula, a Secretária Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa, Carolina Dória, o Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva, José Luis Vargas (representando Expedito Neto), o Diretor de Participação Social Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, Paulo Oliveira, o Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Pesca e Aquicultura, Paulo Faria, e o senhor Quêner, representando a Secretaria Nacional de Pesca Artesanal. Os representantes dos movimentos sociais, Rochelle Cruz da Costa Bezerra (Cedepesca), da área empresarial, Laís Pestana (Abipesca), e da área acadêmica, Marco Aurélio Bailon (Aoceano), que foram os mais votados, também compuseram o palco. Foi registrado o agradecimento à presença de Lázaro Medeiros, George Nogueira, Márcia Terra e à equipe do MPA. Na sequência, Adriana Toledo mencionou a apresentação do Relatório Final do Biênio 2023-2025. Ela solicitou ao Ministro que entregasse quatro cópias do Relatório ao Senhor Paulo Oliveira (Secretaria Geral de Participação Social para que ele entregue ao Ministro Guilherme Boulos e a secretária Isadora e a equipe

conhecessem o trabalho realizado nos últimos dois anos. Ela lembrou que o Conape havia ficado 13 anos sem funcionar e que a consolidação dos trabalhos (8 reuniões ordinárias e 5 extraordinárias) representa muito para o MPA. Agradeceu a toda equipe da Secretaria do Conape pela condução da agenda. Em seguida, foi feita a posse formal dos novos membros. Adriana Toledo fez uma leitura breve do Termo de Posse, indicando que tomam posse os representantes titulares e suplentes do Conape para o mandato 2025-2027, conforme Portaria MPA n° 438/2025. O termo de posse foi assinado pelo Ministro André de Paula e pelos conselheiros Rochelle Cruz (movimentos sociais), Laís Pestana (segmento empresarial) e Marco Aurélio Bailon (área acadêmica), representando os demais. Foi pedido que todos os conselheiros empossados se levantassem para serem aplaudidos, e foi informado que os membros que compõem o governo também estavam tomando posse.

1.2 Com a palavra, a Conselheira **Rochelle Cruz (Centro de Desenvolvimento de Pesca Sustentável do Brasil – CeDePesca Brasil)**: apresentou-se como engenheira de pesca e representante do Cedepesca. Declarou que é um imenso prazer e alegria estar ali, expressando a esperança de que nos próximos dois anos possam trabalhar para formular políticas públicas que consigam avanços concretos na gestão da pesca e aquicultura. Mencionou que o Cedepesca trabalha buscando melhorias para que as pescarias cheguem o mais próximo possível do código de conduta da *Food and Agriculture Organization* - FAO para uma pesca responsável, citando projetos para lagosta, corvina, castanha, ariacó e guaiuba, com o objetivo de atingir um status certificável internacional.

1.3 Com a palavra, a Conselheira **Laís Pestana (Associação Brasileira das Indústrias do Pescado - Abipesca)**: agradeceu a oportunidade de falar pela entidade. Descreveu a visão do segmento como sendo a de tornar o Brasil uma referência no setor mundial de pescados e desenvolver um ambiente regulatório justo que favoreça negociações e resulte em produtos de qualidade, focando no fortalecimento e competitividade das indústrias. Ressaltou que isso exige um pensamento sistêmico e de cadeia, com elos fortes e unidos, pavimentado pela sustentabilidade e segurança.

1.4 Com a palavra, o Conselheiro **Marco Aurélio Bailon (Associação Brasileira de Oceanografia - Aoceano)**: considerou muito relevante que o Ministro seja o primeiro a permanecer no Ministério da Pesca e Aquicultura desde a criação pela segunda etapa. Mencionou que um dos grandes objetivos da Conferência Nacional é tornar o Ministério da Pesca inextinguível, como uma política de Estado. Agradeceu a oportunidade de representar a academia, afirmando que as quatro entidades primam pela sustentabilidade e pelo conhecimento científico e técnico. Apresentou duas propostas importantes do Conape: a questão da avaliação dos estoques pesqueiros brasileiros, e o problema do uso compartilhado do espaço marinho, propondo uma comissão permanente para inserir a pesca nesse contexto.

1.5 Com a palavra, a **Secretária do Conape Adriana Toledo**: informou que a 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca foi oficialmente deflagrada, noticiando que um grupo de trabalho no âmbito do Conape trabalhou por quase quatro meses para consolidar o projeto da Conferência. O tema, os objetivos e os eixos que serão trabalhados na conferência foram anunciados. O tema da conferência será "Aquicultura e Pesca: de Política de Governo a Política de Estado." Adriana Toledo explicou que isso converge com a necessidade, discutida pelos membros, de fortalecer e garantir a continuidade e perenidade não só do Ministério, mas das políticas públicas em construção, debatendo formas de assegurar a continuidade dessas políticas. Foi ressaltado que a última conferência foi realizada em 2009. Em seguida, foi apresentada a Comissão Organizadora Nacional da Conferência. Adriana Toledo agradeceu a disponibilidade dos membros da Comissão e declarou lançada a Quarta Conferência Nacional.

1.6 Com a palavra, o Senhor **Paulo Oliveira (Diretor da Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República)**: iniciou sua fala transmitindo a saudação do Ministro Guilherme Boulos e da Secretária Isadora Ribeiro, destacando a posse

da nova composição do Conape como parte do processo de reconstrução da participação social e da democracia brasileira, diretriz do Presidente da República. Informou que, em abril de 2023, apenas 26 conselhos nacionais estavam em funcionamento e que atualmente esse número ultrapassa 60, entre reconstruídos, criados e retomados, incluindo o Conape, ressaltando que o desafio agora é avançar e aprimorar essas instâncias. Elogiou a retomada do Conape e reconheceu o trabalho de Adriana Toledo e de Paulo Faria, enfatizando o papel das instâncias participativas na consolidação de políticas públicas. Destacou a relevância da realização da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, após longo período desde 2009, observando que a conferência contará com acúmulo institucional e memória organizativa. Informou que, com seu anúncio, o governo atinge marco na retomada das conferências nacionais, citando a experiência do Plano Nacional da Pesca Artesanal como exemplo exitoso de participação social. Reafirmou o apoio da Secretaria-Geral da Presidência aos processos participativos do MPA e, por fim, mencionou a instalação do programa “Governo do Brasil na Rua”, parabenizando e desejando êxito aos novos conselheiros no mandato 2025–2027.

1.7 Com a palavra, o **Secretário-Executivo do MPA, Édipo Araújo**: expressou satisfação pela posse dos novos conselheiros, representantes dos diversos segmentos da pesca, aquicultura, academia, setor empresarial, movimentos sociais e Administração Pública. Cumprimentou o Ministro André de Paula e Adriana Toledo, destacando sua atuação na retomada do Conape desde 2023, e agradeceu aos conselheiros do biênio anterior pelo trabalho voluntário e pelo papel exercido no debate, controle social e monitoramento das políticas públicas do setor. Ressaltou o amadurecimento do Conape, que passou de uma estrutura conduzida por uma única pessoa para um secretariado capaz de organizar reuniões ordinárias e extraordinárias, destacando a importância de um conselho forte, plural e representativo de todos os segmentos da pesca e da aquicultura. Manifestou confiança de que os desafios serão mais bem enfrentados com um conselho maduro, desejou êxito aos novos conselheiros e à Administração Pública e concluiu anunciando, com satisfação, a realização da Quarta Conferência Nacional.

1.8 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo**: expressou satisfação pela deflagração da conferência, reconhecendo o trabalho árduo que se inicia para a realização das etapas estaduais e a conferência nacional, beneficiando "os povos das águas", a pesca e a aquicultura. Ela reforçou a fala do secretário Édipo Araújo sobre a dificuldade e o caráter, por vezes, conflitante dos temas debatidos no Conape, mas fez questão de registrar ao Ministro o "grande respeito" e a "maturidade institucional" com que todos os conselheiros defendem suas pautas, mesmo as mais ásperas, num ambiente de respeito mútuo.

1.9 Com a palavra, o **Ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula**: cumprimentou autoridades, conselheiros e representantes presentes, agradecendo as parcerias institucionais e reconhecendo o apoio recebido ao longo de sua gestão. Manifestou satisfação pelo momento vivido e relembrou que, ao assumir o Ministério, uma das principais preocupações do setor era garantir a perenidade da pasta e a consolidação de políticas de Estado, superando experiências anteriores de instabilidade. Destacou avanços nesse sentido, citando a reestruturação do Ministério, o fortalecimento do Conape — que passou de atuação quase individual para uma secretaria estruturada — e a recomposição orçamentária, conferindo caráter estratégico ao MPA. Celebrou o restabelecimento das instâncias de participação social, alinhado à diretriz do Presidente da República, reafirmando sua convicção na participação social como eixo das decisões. Enfatizou a realização da Conferência Nacional, após longo período sem ocorrer, como marco desse processo, e agradeceu a atuação qualificada e protagonista dos conselheiros. Ressaltou o caráter transversal das ações do MPA, dependentes da articulação com outros ministérios, cujos representantes atuam como importantes apoios no Conape. Desejou êxito aos novos conselheiros, afirmando que o próximo Ministro contará com um Conselho fortalecido. Ao encerrar, declarou orgulho pelo trabalho conjunto realizado, pelos vínculos construídos e pela contribuição ao país em setor estratégico. A solenidade foi encerrada com

convite para registro fotográfico e intervalo de 20 minutos, após o qual teve início a 46ª Reunião Ordinária do Conape.

1.10 Com a palavra o **Secretário-Executivo Édipo Araújo**: solicitou que fosse realizada uma rodada de apresentação dos novos membros para que se conhecessem. A sugestão de Adriana Toledo foi que os presentes se levantassem, pegassem o microfone, se apresentassem, mencionassem a instituição e fizessem uma breve fala de apresentação. Todos foram apresentados. Édipo Araújo mencionou que, para finalizar o primeiro período da reunião, seriam tratados os seguintes pontos: a aprovação das atas da 45ª Reunião e da 5ª Reunião Extraordinária, a apresentação das devolutivas da reunião anterior e a programação da reunião de hoje e de amanhã.

2 ABERTURA DOS TRABALHOS

2.1 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo**: submeteu à aprovação do Plenário as atas da 45ª Reunião Ordinária e da 5ª Reunião Extraordinária, que foram aprovadas. Informou o encaminhamento, por e-mail, da nota de repúdio à revogação da Portaria MPA/MMA nº 30, de 2025 (Tubarão-azul), destacando a repercussão da manifestação do Conape. Registrou que, quanto aos estudos sobre a Raia-negra, apesar de ofício do MPA ao IBAMA e tratativas da SNPI, não houve retorno até o momento.

2.2 Com a palavra, o Conselheiro **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquariofilia - Abla)**: reiterou que o tema se encontra sem avanços há quatro reuniões do Comitê Permanente de Gestão (CPG), com prejuízos ao mercado brasileiro. Sugeriu a emissão de nota de repúdio ao IBAMA pela ausência de resposta, ressaltando que o órgão participou de reunião extraordinária e não encaminhou as informações prometidas.

2.3 Com a palavra, a Conselheira **Maria José (CNP)**: argumentou que a legislação estabelece que o Ministério da Pesca e Aquicultura é o coordenador do ordenamento pesqueiro e que não pode ser ignorado pelo IBAMA, sugerindo que o MPA utilize a lei para exigir a decisão.

2.4 Com a palavra, o Conselheiro **Felipe Weber (Abla)**: reforçou o pedido da nota de repúdio ao IBAMA, citando as tentativas frustradas de diálogo e a perda do *timing* para o cultivo da espécie.

2.5 Com a palavra, o **Secretário-Executivo Édipo Araújo**: concordou em seguir com a nota de repúdio, mas sugeriu que no decorrer da reunião a Diretora Sandra fizesse uma breve atualização sobre o status do assunto na SNPI e no CPG antes da deliberação final.

2.6 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo**: informou que o Comitê de Conformidade da Pesca Nacional está em funcionamento e apresentará os encaminhamentos da reunião de 27 de novembro. Registrou que a reunião extraordinária do Conape sobre o seguro-defeso foi cancelada por conflito de agenda com o MTE, havendo previsão de nova reunião com MTE, MAPA e INSS. Esclareceu que a moção do Conape sobre licenças do pescador profissional refere-se às alterações dos Decretos nº 8.424 e nº 8.425, relativas ao RGP e ao seguro-defeso, ressaltando a necessidade de adequação à realidade da pesca artesanal, informando ainda que haveria atualização sobre o RGP na mesma reunião. Por fim, informou que a reunião extraordinária do Conape sobre espécies exóticas invasoras ocorreu em 3 de outubro, com ampla participação.

2.7 Com a palavra, o **Secretário-Executivo Édipo Araújo**: reconheceu que o tema carece de um diálogo maior, perpassando as discussões da CONABIO e de outros fóruns. Informou que, embora o envio de argumentos pela administração pública estivesse previsto para o final de

dezembro, o MMA divulgou uma nota informativa prorrogando a data de deliberação. Ele afirmou que a iniciativa de o Conape tratar o tema mostrou a outros conselhos a força dos segmentos reunidos, o que levou a ganhar tempo e espaço para um novo diálogo.

2.8 Com a palavra, a Conselheira **Marilza Patrício Fernandes (Peixe SP)**: solicitou autorização para leitura de documento encaminhado pela APA, Abla, Peixe MG e Peixe SP, referente à inclusão de tilápia, truta e peixes ornamentais na lista de espécies exóticas invasoras. O expediente questiona a decisão por seus impactos na subsistência de milhares de famílias e na cadeia produtiva, requerendo fundamentação científica irrefutável, atualizada e transparente. O documento apresenta questionamentos quanto à transparência dos estudos, atualidade científica, metodologia e critérios de risco, evidências empíricas de impactos ecológicos, análises genéticas, probabilidades de escape e medidas de mitigação, avaliação socioeconômica integrada e realização de processos participativos e consultas públicas, concluindo pela solicitação de ampla divulgação dos dados e de debate público com a comunidade científica e o setor produtivo.

2.9 Com a palavra, a Senhora **Juliana Lopes (Secretaria Nacional de Aquicultura - SNA)**: informou que, na reunião da CONABIO realizada em 10 de dezembro de 2025, foi decidido paralisar o trâmite da lista do Anexo 1 (onde estão tilápia, camarão, peixes de interesse comercial etc.), pois o MMA entendeu que não há lógica em ter em uma mesma lista espécies como javali e tilápia. O MMA vai chamar os setores produtivos para discutir a reclassificação das espécies, e o prazo para entrega de notas técnicas foi alterado de dezembro para o final de fevereiro. A lista do Anexo 2 (que tem apenas a *Kappaphycus* como espécie de interesse da aquicultura) será apreciada e deliberada nos dias 3 e 4 de março de 2026, com prazo para envio de notas até 29 de dezembro.

2.10 Com a palavra, o **Secretário-Executivo Édipo Araújo**: confirmou que o documento lido por Marilza seria encaminhado ao MMA para cumprir o estabelecido na reunião anterior, e que aguardaria a resposta formal do MMA sobre o procedimento da lista.

2.11 Com a palavra, o Conselheiro **Itamar Rocha (ABCC)**: informou ter protocolado um documento diretamente à CONABIO, ao Ministério da Pesca e ao Ministério da Agricultura sobre o mesmo assunto.

2.12 Com a palavra, a Senhora **Juliana Lopes (SNA)**: confirmou que os documentos enviados diretamente foram encaminhados a Renata, chefe de divisão do Conape, para compor o material que o MPA enviará à CONABIO.

2.13 Com a palavra, o Conselheiro **Dárlcio Inácio (SBFic)**: complementou a informação de Juliana Lopes (SNA) sobre a *Kappaphycus*, mencionando o acompanhamento por professores e equipes do Ministério e da Secretaria de Participação Social, dada a importância dessa macroalga que está sendo cultivada no Sul, Sudeste e iniciando no Nordeste.

2.14 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo**: leu o sétimo encaminhamento da reunião anterior. Solicitou à SNA que aprofunde o tema de cultivos de alimentos vivos utilizados na alimentação de formas jovens oriundos da aquicultura, em parceria com os conselheiros do Conape. Sugeriu que o tema estava sendo discutido com Felipe Weber e a equipe de Luciene, mas, como não estavam presentes naquele momento, poderia ser adiado.

2.15 Com a palavra, o Conselheiro **Felipe Weber (Abla)**: informou que preparou um ofício com a explicação do tema e o encaminhou, mas ainda não teve retorno do Ministério da Pesca e Aquicultura. Paralelamente, ele informou que o MAPA respondeu formalmente que a importação de copépodes vivos para fins de formação de plantel (alimento amplamente utilizado

na aquicultura marinha e ornamental) é proibido por risco sanitário, o que é impactante. Ele solicitou atenção da SNA.

2.16 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo**: concordou que o tema está com a SGAE e precisa avançar. Recomendou aos membros representantes no GT do CONAMA que convidem o setor produtivo para ampliar a discussão - Felipe Weber e Marilza da Peixe BR/Peixe AS ficariam responsáveis por chamar o setor.

2.17 Com a palavra, o Conselheiro **Felipe Weber (Abla)**: informou que durante a execução do GT, as apresentações foram feitas e a minuta final da Resolução CONAMA 403 foi concluída e encaminhada ao conselho, estando pronta para ir à plenária para aprovação.

2.18 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo**: informou que o Comitê se posicionou junto à Secretaria Nacional de Aquicultura, porém a Secretaria do Conape não recebeu manifestação formal em nome do Comitê, apenas documento encaminhado pela Peixe BR. Acordou-se a retomada do tema na pauta do dia seguinte, com a presença do Comitê. Adriana confirmou o envio das notas técnicas que embasaram a posição do MPA sobre a Lei da Pesca e registrou que, em razão de audiência pública em curso no Senado, sugeriu ao Secretário Édipo Araújo a convocação de reunião extraordinária para aprofundar o debate e permitir a apresentação da posição do MPA ao Conape.

2.19 Com a palavra, o Conselheiro **Itamar Rocha (ABCC)**: argumentou que, embora a reunião seja importante, a atuação direta junto à equipe que está finalizando a legislação no Senado é crucial. Ele sugeriu que a reunião do Conape definisse a posição a ser defendida junto a essas pessoas.

2.20 Com a palavra, o **Secretário-Executivo Édipo Araújo**: concordou que o caminho mais produtivo seria realizar a reunião para que o Ministério apresentasse suas considerações ao projeto de lei, e o Conape pudesse deliberar se concorda ou discorda, levando então uma posição unificada ao relator.

2.21 Com a palavra, o Conselheiro **Maxuel Costa (FNTTAA)**: reforçou a importância da reunião para unificar as necessidades dos sindicatos, mencionando três pontos emergenciais e citando problemas como o descarte de 300 toneladas de pescado diariamente devido a portarias travadas, as fiscalizações na frota do Sul/Sudeste, e a pesca de navios estrangeiros na Costa. Ele pediu mais sensibilidade e que a pauta fosse levada adiante.

2.22 Com a palavra, a Conselheira **Leticia Canton (Oceana Brasil)**: fez uma ressalva, corrigindo que o PL em discussão (PL nº 4789) trata de uma nova política de desenvolvimento sustentável da pesca; sugeriu que o PL nº 4470, que propõe uma política de aquicultura (sugerido pela Peixe BR/Senador Marques Rogério), também fosse discutido. Ela sugeriu que as reuniões extraordinárias fossem separadas para cada projeto de lei no início do ano seguinte.

2.23 Com a palavra, o **Secretário-Executivo Édipo Araújo**: concordou com a sugestão de Leticia Canton de separar as discussões no primeiro momento e iniciar o ano tratando desses pontos; fez uma recomendação de diálogo direto entre o Ministro do MPA e a Ministra do MMA sobre o não cumprimento de prazos dos CPGs.

2.24 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo**: relatou que, devido às dificuldades em dialogar nos níveis mais baixos e ao não cumprimento dos prazos estabelecidos nos CPGs, o Ministério está em tratativa para solicitar um diálogo direto entre o Ministro André de Paula e a Ministra Marina Silva, para sensibilizar o MMA sobre as dificuldades das pautas do MPA.

2.25 Com a palavra, o **Secretário-Executivo Édipo Araújo**: complementou que o diálogo com o MMA é contínuo, destacando avanços recentes, como a publicação da Portaria

Interministerial (IN nº 1011) que institui o GT de Permissionamento, abrangendo recursos marinhos e estuarinos e conferindo visibilidade às embarcações continentais e de água doce, bem como a portaria que rege a pesca da albacora-bandolim. Ressaltou, contudo, que diversas pautas de ordenamento permanecem paralisadas (sardinha, camarão carabineiro e camarão artesanal da Bahia/Alagoas) e que, esgotadas as tratativas técnicas, o Ministro André de Paula terá agenda com a Ministra Marina Silva para viabilizar a gestão compartilhada e o cumprimento das entregas governamentais.

2.26 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo**: informou que a comissão da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca já foi instituída e que a publicação da portaria, não realizada na data em razão da sobrecarga da CONJUR, deverá ocorrer na próxima semana, oficializando a deflagração da Conferência, ressaltando que a comissão já realizou três reuniões extraordinárias. Por fim, orientou os Comitês Permanentes a encaminharem ao Conape todas as recomendações e deliberações, reiterando que essa é uma orientação permanente para fins de acompanhamento.

2.27 Com a palavra, o Conselheiro **Marco Aurélio Bailon (Oceano)**: questionou por que a criação do GT para o Pró-Estoques e a criação do Comitê sobre o Uso Compartilhado do Mar, aprovadas em reuniões passadas, não estão sendo contempladas.

2.28 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo**: informou que os três comitês (o de Cumprimento, o do Pró-Estoques e o do Uso do Espaço Marítimo) já estão na CONJUR para instalação.

2.29 Com a palavra, o Conselheiro **Maxuel da Costa (Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e afins - FNTTAA)**: questionou o status da recomendação de duas reuniões anteriores sobre a atualização do Registro Geral da Pesca (RGP) industrial, especificamente a retirada da obrigatoriedade da carteira de pescador.

2.30 Com a palavra, o **Secretário-Executivo Édipo Araújo**: disse que a recomendação será resgatada e que a Secretaria de Registro e Monitoramento faria uma atualização sobre as questões do RGP industrial no período seguinte da reunião.

2.31 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo**: leu os encaminhamentos da 5ª reunião extraordinária, que tratou da lista de espécies exóticas invasoras. Adriana Toledo confirmou o envio à CONABIO das contribuições da Conepe, ABCC, Peixe SP e Peixe BR às fichas de avaliação das espécies. Juliana Lopes (SNA) informou a prorrogação do prazo de envio à CONABIO para o final de fevereiro, exceto para a *Kappaphycus* (Anexo 2), mantido o prazo de 29 de dezembro. Quanto à consulta do MPA ao MMA sobre a autorização de espécies exóticas para aquicultura, informou que não houve retorno. Registrou ainda que o ofício do MPA ao MMA sobre a exportação de espécies ameaçadas utilizadas na aquicultura encontra-se em elaboração.

2.32 Com a palavra, o **Secretário-Executivo Édipo Araújo**: encerrou a leitura dos encaminhamentos e questionou se havia mais algum comentário antes de seguir para o próximo item.

2.33 Com a palavra, a **Secretaria Adriana Toledo**: sugeriu, uma vez que todos haviam recebido a programação da 46ª Reunião Ordinária, que não fosse feita a leitura formal da pauta. Ela propôs um intervalo para o almoço e o retorno às 14:00 para a primeira pauta da tarde. Foi pactuado que a reunião seria retomada às 14:30h.

3 APRESENTAÇÃO DO BOLETIM DOS RESULTADOS DA PESCA E AQUICULTURA NO PLANO SAFRA E DO PROGRAMA DESENROLA RURAL

3.1. Com a palavra, o Senhor **Bruno de Souza Machado (CGIF)**: apresentou o boletim dos resultados do Plano Safra (2022/2023, 2023/2024 e 2024/2025), com base no número de contratos e nos valores financiados, deflacionados para comparação real. Indicou que houve maior quantidade de contratos na pesca, porém maior volume financeiro na aquicultura, evidenciando contratos médios mais elevados neste setor, com destaque para o custeio. Regionalmente, a pesca concentrou contratos no Nordeste e valores no Sudeste e Nordeste, enquanto a aquicultura se destacou no Sul, impulsionada por Santa Catarina e Paraná. Pontuou que houve a liderança do Banco do Nordeste em número de contratos e do Banco do Brasil em volume financiado, com predominância do PRONAF em quantidade e das linhas sem programa específico e do PRONAMPE em valores e destacou ainda o financiamento de embarcações na pesca e de tanques escavados e custeio de peixes na aquicultura, bem como dificuldades na classificação dos beneficiários.

3.2. Com a palavra, o Senhor **Felipe de Castro Gasparoto (CGIF)**: apresentou o programa Desenrola Rural, esclarecendo que o pescador artesanal e o aquicultor familiar se enquadram como agricultores familiares e são elegíveis. Informou que o programa abrange dívidas inscritas na Dívida Ativa da União, operações do PRONAF junto aos Fundos Constitucionais, dívidas em atraso ou em prejuízo com instituições financeiras e créditos de instalação do INCRA. Destacou as dificuldades na coleta de dados em razão da falta de padronização das informações bancárias. Quanto aos resultados, informou que o Banco do Nordeste renegociou R\$ 1,7 milhão, com desconto médio de 68,05%, enquanto o Banco do Brasil concentrou o maior volume renegociado, superior a R\$ 5,5 milhões, com destaque para a Região Norte. Na Dívida Ativa da União, foram renegociados R\$ 2,1 milhões, com desconto de 49%. Por fim, ressaltou as ações do MPA de capacitação, divulgação e monitoramento do programa.

3.3 Com a palavra, o **Secretário Executivo Édipo Araújo**: parabenizou os economistas pela transparência e publicidade, destacando a importância de ter o retrato do Plano Safra para redimensionar as rotas de atuação do Ministério, especialmente na assistência técnica.

3.4. Com a palavra, o Conselheiro **Marco Aurélio Bailon (Aoceano)**: houve questionamentos quanto à ausência de maior detalhamento no boletim sobre o destino do crédito de investimento, especialmente para modernização da frota e industrialização do pescado, destacando-se as garantias como principal gargalo.

3.5. Com a palavra, o Senhor **Bruno Machado (CGIF)**: reconheceu a necessidade de aprimorar a análise quanto ao tipo de pescado beneficiado e às embarcações financiadas.

3.6. Com a palavra, o Conselheiro **Itamar Rocha (ABCC)**: sugeriu a divulgação do link do Banco Central para acesso público aos dados detalhados.

3.7. Com a palavra, o Conselheiro **Elizeu Augusto de Brito (Faep/BR)**: ressaltou que as exigências de garantias impedem a utilização dos recursos do Fundo da Marinha Mercante para modernização da frota.

3.8. Com a palavra, o **Secretário Executivo Édipo Araújo**: observou que a subdeclaração do pescador como agricultor familiar decorre de falha do agente financeiro, sugerindo diálogo com os bancos, e destacou que a busca por linhas menos subsidiadas indica a necessidade de desburocratização das linhas mais atrativas.

3.9. Com a palavra, o Senhor **Bruno Machado (CGIF)**: em resposta, afirmou que o tema será debatido com o Banco Central e outros ministérios visando ao aprimoramento do próximo Plano Safra (2026/2027) e informou que o CONAPE receberá questionário para envio de contribuições.

4. APRESENTAÇÃO DA CARTILHA DE LINHAS DE CRÉDITO DO PLANO SAFRA PARA PESCA E AQUICULTURA 2025/2026

4.1 Com a palavra, o Senhor **João Vitor Falco Hurtado Rodrigues (CGIF)**: apresentou a segunda versão da *Cartilha de Linhas de Crédito do Plano Safra Pesca e Aquicultura 2025/2026*, informando que o documento será atualizado anualmente e tem por objetivo divulgar, de forma acessível, as linhas de crédito disponíveis, embora não elimine as dificuldades práticas de acesso, a critério das instituições financeiras. Destacou que a nova versão foi tornada mais objetiva, com foco no Plano Safra Empresarial e Familiar (PRONAF), que movimenta R\$ 78 bilhões, detalhando linhas, taxas de juros, carência e itens financiáveis relevantes, além de incluir orientações gerais para acesso ao crédito com apoio da assistência técnica. Ressaltou, por fim, que cabe ao Ministério e aos conselheiros disseminar essas informações oficiais junto ao público interessado.

4.2 Com a palavra, o **Secretário Executivo Édipo Araújo**: iniciou a seção da pauta convidando o Senhor **Felipe Gasparoto (CGIF)** para apresentar a cartilha dos terminais pesqueiros públicos (TPP).

5. APRESENTAÇÃO DA CARTILHA DOS TERMINAIS PESQUEIROS PÚBLICOS

5.1 Com a palavra, o Senhor **Felipe Gasparoto (CGIF)**: iniciou explicando que a cartilha tem por objetivo informar o público, inclusive o próprio Ministério, sobre os Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs), sua administração pela União e os modelos de concessão e leilão em curso no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Informou que o documento, disponível em formato digital, apresenta a definição dos TPPs, suas estruturas e serviços, o histórico jurídico-normativo e os modelos de gestão. Destacou as distintas realidades dos terminais, comparando o TPP de Cananeia, sob administração direta, com o TPP de Cabedelo, concedido em 2020, que recebeu mais de R\$ 20 milhões em investimentos, ressaltando que, mesmo nos modelos concessionados, permanece a obrigação contratual de atendimento ao fim social, incluindo a pesca artesanal e a aquicultura. Por fim, esclareceu que a administração direta da União se mostrou onerosa e pouco eficiente, motivando a adoção dos modelos de concessão e cessão a estados e municípios, visando maior eficiência e descentralização da gestão.

5.2 Com a palavra, o Conselheiro **Maxuel da Costa (FNTTAA)**: destacou que o estado do Rio de Janeiro, apesar de figurar entre os maiores consumidores de pescado, não possui terminal público de pesca em funcionamento. Apontou que o principal entrave ao terminal de Niterói é a falta de dragagem, o que impede o acesso das embarcações. Por fim, questionou sobre o conhecimento do projeto e quais medidas poderiam viabilizar sua efetiva implementação.

5.1 Com a palavra, o Senhor **Felipe Gasparoto (CGIF)**: informou que há processos em andamento referentes ao TPP Rio de Janeiro e ao TPP Niterói, com realização de fiscalização in loco no corrente ano. Destacou que há acompanhamento periódico e atuação conjunta com o município de Niterói para tratar da dragagem, ressaltando que as obras de infraestrutura apresentam evolução adequada e seguem sob monitoramento da coordenação.

5.2 Com a palavra, o Conselheiro **Maxuel da Costa (FNTTAA)**: questionou se há previsão para a conclusão da dragagem do terminal de Niterói, ressaltando que a ausência dessa etapa inviabiliza o funcionamento do terminal, apesar dos elevados investimentos já realizados. Indagou de que forma o governo federal poderia contribuir para a superação do entrave,

destacando impactos negativos à qualidade do pescado e à logística de comercialização, em razão das condições inadequadas de manuseio e do deslocamento excessivo do produto.

5.3 Com a palavra, o Senhor **Felipe Gasparotto (CGIF)**: Disse que conversaria com o Senhor Maxuel posteriormente sobre esse questionamento dele.

5.4 Com a palavra, o Conselheiro **José Henrique (Conttmaf)**: relatou as dificuldades históricas relacionadas aos terminais pesqueiros no estado do Rio de Janeiro e destacou que o terminal de Niterói, viabilizado com apoio municipal, depende da conclusão da dragagem para entrar em operação. Ressaltou a relevância da estrutura para a frota pesqueira, inclusive de outros estados, e manifestou apoio às demandas do setor.

5.5 Com a palavra, o Senhor **Felipe Gasparotto (CGIF)**: afirmou que a dragagem do TPP Niterói é prioridade, sendo acompanhada trimestralmente em conjunto com o município, com diálogo permanente sobre sua viabilização. Destacou que, apesar dos avanços significativos nas obras de infraestrutura, a conclusão da dragagem é essencial para o pleno funcionamento do terminal.

5.6 Com a palavra, o Conselheiro **Itamar Rocha (ABCC)**: complementou o debate com críticas à política pública adotada no passado, afirmando que os TPPs foram construídos sem estrutura adequada de administração, resultando no abandono da maioria dos terminais, citando como exemplo o TPP do Rio Grande do Norte, cujo acesso era mais oneroso que o próprio terminal. Alertou para a necessidade de apoio ao setor e para o déficit de aproximadamente US\$ 1,1 bilhão na balança comercial do pescado. Felipe Gasparotto concordou com as críticas à gestão anterior da União, que levou à existência de “terminais fantasmas”, e destacou que a atual estratégia de parcerias com a iniciativa privada e de descentralização da gestão busca viabilizar o pleno funcionamento dessas infraestruturas.

5.7 Com a palavra, o Senhor **Felipe Gasparotto (CGIF)**: ressaltou que, historicamente, diversas infraestruturas públicas, incluindo terminais pesqueiros, enfrentaram dificuldades de gestão, resultando em estruturas subutilizadas ou sem oferta adequada de serviços. Destacou que, no contexto atual, há uma mudança de abordagem, reconhecendo-se a necessidade de atuação conjunta entre União, entes federados e iniciativa privada, cabendo ao poder público o papel contratual e de fiscalização, e ao capital privado o investimento e a gestão. Enfatizou que a ausência de dragagem inviabiliza a operação do terminal, comprometendo sua finalidade, e apontou que os esforços recentes, inclusive por meio de concessões, buscam assegurar o pleno funcionamento dessas infraestruturas.

5.8 Com a palavra, o Conselheiro **Aginaldo Hilton (Pesca-BR)**: destacou a situação de sucateamento de diversos terminais pesqueiros no país e ressaltou que a efetividade dessas estruturas depende prioritariamente da realização de dragagens. Mencionou casos como Santos, Torres e Laguna, apontando riscos à segurança das embarcações e prejuízos logísticos à atividade pesqueira. Defendeu o fortalecimento do mapeamento nacional de terminais, a ampliação de parcerias entre poder público e iniciativa privada e maior apoio institucional para garantir segurança ao pescador, à indústria e ao escoamento da produção, além de registrar dificuldades de acesso às linhas de crédito pelo setor.

5.9 Com a palavra, o Senhor **Felipe Gasparotto (CGIF)**: afirmou que, por meio de parcerias entre o Ministério, os entes federados e a iniciativa privada, busca-se superar lacunas na gestão e operação dos terminais pesqueiros. Informou que a coordenação mantém acompanhamento contínuo e contato direto com os municípios e com os 14 terminais públicos em funcionamento no país, com vistas à solução célere dos problemas identificados. Destacou a disponibilidade da equipe para diálogo permanente com os membros do CONAPE e demais interessados, ressaltando a importância da participação da sociedade no acompanhamento das políticas

públicas e indicando que as questões estruturais poderão ser aprofundadas em futuras reuniões.

6. LANÇAMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL OCEANO SEM PLÁSTICO (ENOP) - DECRETO Nº 12.644/2025

6.1 Com a palavra, o **Secretário-Executivo Rivetla Édipo (MPA)**: deu sequência à pauta, introduzindo a equipe do Departamento da Indústria do Pescado para o lançamento da Estratégia Nacional Oceano Sem Plástico (ENOPE).

6.2 Com a palavra, o Senhor **José Luis Vargas (Diretor do Departamento da Indústria do Pescado do MPA)**: explicou que seu departamento trabalha com toda a cadeia e tem a missão de "cuidar da imagem do setor", sendo a poluição plástica um fator de grande impacto negativo.

6.3 Com a palavra, a Senhora **Giulliana Figueiredo (SNPI/MPA)**: apresentou a ENOPE, destacando que 80% da poluição plástica que chega ao mar vem de fontes terrestres, apesar de o setor pesqueiro ser constantemente e injustamente culpado. Ela lamentou que essa vinculação prejudica o setor e a exportação, pois o Pescador é, na verdade, um agente de solução, ao trazer o lixo do mar. Ela detalhou que o Brasil está entre os 10 maiores poluidores, e que a ENOPE, com vigência de 2025 a 2030, busca transformar o ciclo linear do plástico em um ciclo circular, e que o MPA tem a atribuição específica de propor ações para a redução do plástico proveniente da pesca.

6.4 Com a palavra, o Conselheiro **Maxuel da Costa (FNTTAA)**: elogiou e afirmou que a pesca de arrasto é a única que limpa o fundo do mar, mas que o Pescador não é pago para "catar lixo". Ele propôs que se discuta com a Petrobras e outras empresas uma contrapartida, como incentivos fiscais (desconto no subsídio do óleo), e que o MPA crie locais adequados nos portos para o descarte desse lixo.

6.5 Com a palavra, o Conselheiro **Agnaldo Hilton (Pesca BR)**: concordou com a necessidade de incentivos, reforçando que os armadores e indústrias do Sul do Brasil apoiam o retorno do lixo à terra, visando a sustentabilidade.

6.6 Com a palavra, a Conselheira **Letícia Canton (Oceana Brasil)**: perguntou se a ENOPE prevê um **diagnóstico** para realmente mensurar a poluição gerada pelo setor da pesca.

6.7 Com a palavra, o Conselheiro **Ronaldo Cavalli (Aquabio)**: questionou sobre a adoção do modelo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) aos pescadores pela coleta de resíduos, com participação da indústria do petróleo, sendo citado pelo conselheiro Chico (Ubatuba) o êxito do programa "PSA Mar Sem Lixo". Em resposta, a equipe da ENOPE, com complementações de Geise dos Santos, informou que o diagnóstico integra a fase de organização e implementação da ENOPE, que o MPA está em diálogo sobre a nova política de PSA para viabilizar o financiamento da coleta de resíduos e que a participação do MPA nesse debate representa avanço para assegurar a representação do setor nas decisões interministeriais.

6.8 Com a palavra, o **Secretário-Executivo Rivetla Édipo (MPA)**: agradeceu e deu a palavra à Secretária Carolina Dória para a atualização sobre o Registro Geral do Pescador (RGP) e o Programa Nacional de Regularização de Embarcações (Propesc).

7. ATUALIZAÇÕES SOBRE O REGISTRO GERAL DO PESCADOR E PESCADORA PROFISSIONAL E OUTRAS AÇÕES DA SERMOP

7.1 Com a palavra, a Senhora **Carolina Dória (Secretária da SERMOP)**: detalhou os esforços de qualificação e auditoria no sistema PesqBrasil Brasil (RGP), que será melhorado e

internalizado na Dataprev para segurança e performance. Ela apresentou os resultados do combate à fraude, citando as portarias de cancelamento de milhares de licenças por: não recadastro; óbitos (cerca de 8.000); indícios de fraude (130.695 suspensões); e problemas no protocolo (35.650 suspensões recentes). Ela informou que o prazo para atualização cadastral do Resp do Aquicultor foi prorrogado até 30/07/2026, sendo crucial para a validade dos registros. Por fim, sobre o Propesc, ela mostrou que 2.784 vistorias públicas já foram realizadas e que o cronograma será atualizado para 2026.

7.2 Com a palavra, o Conselheiro **Elizeu Brito (FAep)** e **Clóvis Amorim (Confespa)**: reclamaram veementemente da dificuldade imposta pelo duplo fator do Gov.br e da constante invalidação de senhas para pescadores que não têm acesso ou habilidade digital. Clóvis também citou o problema da falta de comprovante de residência para pescadores em comunidades.

7.3 Com a palavra, a Senhora **Carolina Dória (Secretária da SERMOP)**: defendeu que a obrigatoriedade do duplo fator é uma medida de rigor para combater a fraude (mencionando relatos de pessoas com 1.000 senhas de terceiros) e que é essencial para garantir a sustentabilidade do seguro defeso para os pescadores de fato. Ela reconheceu as dificuldades e pediu paciência, mas disse que o rigor será mantido. Sobre a residência, ela lembrou que a norma já prevê a declaração de residência para quem não tem comprovante formal.

7.4 Com a palavra, o Conselheiro **Dárlio Teixeira (SBFIc)**: questionou a situação de maricultoras que têm RGP de pescadora (captura) e RGP de aquicultora (cultivo), perguntando se o RGP da aquicultura é válido para a previdência, e se elas correm o risco de perder direitos por terem dois cadastros. Elielma Boasen, Diretora de Registro, explicou que o pescador pode ter os dois registros, mas isso pode implicar no seguro defeso, e que a questão da seguridade social depende da condição de segurado especial no INSS.

7.5 Com a palavra, o Conselheiro **Maxuel da Costa (FNTTAA)**: destacou o problema dos pescadores industriais, que estão abandonando o registro porque a norma exige carteira assinada e estar embarcado para manter a RGP, o que ele solicitou que fosse revisto para apenas exigir a CNH marítima. Elielma Boasen deu uma boa notícia, confirmando que o MPA está em fase de revisão da Portaria 127 para atender a essa demanda e flexibilizar a exigência de documentos.

7.6 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Vilaça (Conepe)**: iniciou sua fala afirmando que sua intervenção seria mais um questionamento acompanhado de elogios. Destacou que costuma ser bastante crítico quando identifica problemas, seja em relação ao governo ou a outros atores, mas fez questão de parabenizar pela qualidade do boletim estatístico, classificando a iniciativa como muito positiva, ainda que tenha ressalvas pontuais sobre alguns números. Avaliou que a decisão de publicar e aprimorar os dados ao longo do tempo é louvável e afirmou estar falando como cidadão, não necessariamente como conselheiro. Também elogiou o painel unificado, considerando-o uma ferramenta robusta e útil para análises estratégicas, além de reconhecer avanços no acompanhamento do RGP, embora tenha mencionado que o tema ainda representa um problema relevante. Na sequência, apresentou sua dúvida principal sobre o número de aproximadamente 7 mil óbitos mencionado. Recordou que, em gestões anteriores, houve esforço significativo de saneamento do cadastro por meio do cruzamento com o Sistema Informatizado de Controle de Óbitos - SISOBI, o que resultou na exclusão de diversos registros. Assim, questionou se esses cerca de 7 mil casos correspondem a óbitos identificados já no atual governo ou se são registros antigos que permaneceram na base, destacando que a resposta ajudaria a compreender melhor o funcionamento atual do sistema.

7.7 Com a palavra, o Conselheiro **Chico da Almadá (CNCTC)**: questionou a situação dos pescadores que perderam o prazo da vistoria pública e a dificuldade de encontrar vistoriadores privados em São Paulo. Elielma Boasen esclareceu que o credenciamento de vistoriadores

privados é fluxo contínuo e aberto, e que o MPA está avaliando a possibilidade de reabrir o prazo das vistorias públicas em parceria com estados e municípios.

SEGUNDO DIA DE REUNIÃO

8. NOVOS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO REQUERIMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO (SEGURO-DEFESO) PELO PESCADOR PROFISSIONAL ARTESANAL (MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.323/2025)

8.1 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: declarou aberta a sexta reunião do Conselho, dando continuidade à 46ª Reunião do Conape. Destacou os debates do dia anterior sobre políticas de crédito, a Estratégia Nacional de Oceanos Sem Plástico, o Registro Geral da Atividade Pesqueira e as ações da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa, bem como contribuições apresentadas no âmbito da COP. Informou que a pauta do dia trataria dos novos procedimentos do Seguro-Defeso, conforme a Medida Provisória nº 1.323/2023, convidando representantes do MTE para as exposições e registrando a ausência de representante do INSS.

8.2 Com a palavra, o Senhor **Carlos Augusto Júnior (Secretário Nacional de Proteção ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE)**: agradeceu o convite, destacando a atuação do Conape, na pessoa da Secretária Adriana Toledo, bem como a parceria institucional com o Senhor Édipo, ressaltando a cooperação nos processos relacionados à pesca no âmbito do governo federal. Informou que, após suas considerações iniciais, passaria a palavra ao Diretor João Paulo Ferreira Machado, responsável por realizar apresentação técnica sobre o tema. Esclareceu que a habilitação para o Seguro-Defeso deixou de ser atribuição do INSS, passando a ser de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego. Colocou-se à disposição dos conselheiros para, posteriormente, promover um debate mais amplo, inclusive acerca do alcance das medidas em construção conjunta com o setor da pesca e com a Casa Civil.

8.3 Com a palavra, o Senhor **João Paulo Ferreira Machado, (Diretor de Gestão de Benefícios do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE)**: cumprimentou os presentes e agradeceu o convite, destacando a importância de informar o Conselho sobre o Seguro-Defeso do pescador profissional artesanal. Apresentou o contexto do benefício, a alteração de competência para o Ministério do Trabalho e Emprego e a implementação de novos procedimentos em cinco estados, com apoio da Fundacentro. Ressaltou que a unificação da habilitação no MTE visa aprimorar a gestão, garantir direitos, dar celeridade ao pagamento e fortalecer o controle e a fiscalização, com base na integração e no cruzamento de dados. Informou que o Seguro-Defeso, instituído pela Lei nº 10.779/2003, assegura um salário-mínimo durante o período de defeso, mediante cumprimento dos requisitos legais. Apresentou dados de 2024, com cerca de 1,3 milhão de beneficiários, concentração nas regiões Norte e Nordeste e crescimento significativo do orçamento. Esclareceu que o requerimento é prioritariamente digital, por meio da Carteira de Trabalho Digital e do Emprega Brasil, havendo coleta complementar de informações em 132 municípios de cinco estados, abrangendo aproximadamente 680 mil pescadores, como etapa inicial de validação dos dados.

8.4 Com a palavra, a Conselheira **Roosekelly de Souza (CBPA)**: cumprimentou os presentes e relatou que conseguiu realizar o requerimento do Seguro-Defeso pela plataforma Emprega Brasil, avaliando positivamente a facilidade de acesso e uso do sistema. Contudo, questionou a ausência de mecanismos claros de acompanhamento da análise e do pagamento do benefício, destacando que, no modelo anterior do INSS, havia notificações por e-mail sobre o andamento do processo. Apontou ainda a ocorrência de mensagens de erro relacionadas a bases de dados, mesmo quando as informações constam como regulares em outros sistemas oficiais, o que gera

insegurança aos requerentes. Por fim, reconheceu os avanços da plataforma, mas questionou como os pescadores poderão acompanhar os prazos de análise e de pagamento do benefício.

8.5 Com a palavra, o Senhor **João Paulo Ferreira Machado, (Diretor de Gestão de Benefícios do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE)**: manifestou satisfação com o relato positivo sobre a facilidade de uso do Emprega Brasil, destacando que o objetivo do Ministério é oferecer uma ferramenta simples e acessível, e ressaltou a importância dos feedbacks para o aprimoramento contínuo do sistema. Esclareceu que o requerimento gera número de protocolo, permitindo o acompanhamento pelo Emprega Brasil e pela Carteira de Trabalho Digital, com acesso a informações sobre andamento, parcelas e recursos. Informou que as parcelas somente serão exibidas após a geração do pagamento, o que ainda não ocorreu em razão de limitação orçamentária, aguardando repasse do Tesouro Nacional, situação já indicada no sistema e que não exige qualquer providência do requerente. Quanto às divergências cadastrais, explicou que decorrem, em grande parte, de inconsistências entre bases de dados, como duplicidade de PIS/NIT, que estão sendo corrigidas. Orientou que ajustes cadastrais devem ser solicitados pela plataforma facilita, com login gov.br e envio de documento de identificação, procedimento já em funcionamento e com equipes capacitadas. Por fim, colocou-se à disposição para esclarecimentos e solicitou a identificação dos participantes nas próximas manifestações.

8.6 Com a palavra, o Conselheiro **Emanuel Caires (CEF)**: cumprimentou os presentes e informou estar acompanhado de sua colega Kerley. Em seguida, questionou se havia a estimativa de quantos requerimentos, sob a gestão do Ministério, já se encontravam deferidos e aguardando liberação orçamentária, bem como se, após a chegada do orçamento, a liberação do pagamento ocorreria de forma automática para todos os beneficiários.

8.7 Com a palavra, o Senhor **João Paulo Ferreira Machado, (Diretor de Gestão de Benefícios do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE)**: esclareceu que ainda não há avaliação precisa sobre quantos dos cerca de 160 mil requerimentos estão aptos ao pagamento, mas estimou que aproximadamente metade já reúne condições para liberação, restando parte dependente da conclusão da coleta complementar de informações. Informou que a liberação ocorrerá automaticamente com a disponibilidade orçamentária e que será necessário alinhar com a Caixa Econômica Federal a geração dos lotes de pagamento, procedimento que não deve diferir do adotado anteriormente. Explicou que, a partir de agosto, os requerimentos deixaram de ser incluídos nos lotes em razão do esgotamento dos recursos da medida provisória vigente à época. Por fim, colocou-se à disposição para agendar reunião com a Caixa, caso necessário, para alinhamento operacional.

8.8 Com a palavra, a Conselheira **Maria José (SNPA)**: dirigiu-se ao Sr. João Paulo para registrar que o sistema de requerimento considera apenas a data do primeiro cadastramento do RGP, desconsiderando, em alguns casos, o recadastramento posterior do pescador. Apontou possível falha na integração de bases de dados, especialmente nas informações encaminhadas pelo Ministério da Pesca, o que gera notificações automáticas e impede a conclusão do requerimento. Destacou que, ao inserir manualmente o número e a data atualizados do RGP, o sistema permite a finalização do processo, reforçando a hipótese de erro sistêmico. Solicitou verificação interministerial e análise de casos concretos para correção do problema.

8.9 Com a palavra, a Senhora **Carolina Dória (SERMOP)**: retomou o tema das inconsistências sistêmicas, informando que a questão já havia sido discutida anteriormente e que há conhecimento de problemas no sistema. Ressaltou a necessidade de encaminhamento de casos concretos, com indicação de CPFs, para viabilizar análise técnica detalhada. Destacou que, embora algumas correções sejam realizadas pelas equipes, há situações em que os dados retornam de forma incorreta aos sistemas, indicando possível falha no fluxo de informações. Assinalou que, em tese, as bases compartilhadas deveriam refletir os dados atualizados, mas

ponderou que a inconsistência pode estar relacionada à integração entre o Pesque Brasil e a Dataprev, exigindo apuração técnica mais aprofundada.

8.10 Com a palavra, o Senhor **João Paulo Ferreira Machado (Diretor de Gestão de Benefícios do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE)**: informou que a equipe irá verificar, junto à Dataprev, a avaliação do batimento de dados, especialmente quanto à correta captura das datas do RGP. Esclareceu que, no momento do requerimento, o próprio pescador informa o número do registro atualizado, conforme exigência do sistema atualmente utilizado. Destacou que, devido à implantação célere da plataforma, foi adotado um sistema já existente, o que demandou a inserção manual de algumas informações que idealmente seriam obtidas de forma automática. Acrescentou que a situação será analisada em conjunto com os órgãos envolvidos, com avaliação caso a caso, para identificar se as divergências decorrem de falhas pontuais ou de problema sistêmico que exija correção mais ampla.

8.11 Com a palavra, a Conselheira **Maria José (SNPA)**: informou que as inconsistências são pontuais, ocorrendo em cerca de um a cada dez requerimentos. Relatou que, nesses casos, o sistema exibe data e número de RGP desatualizados, inclusive com referências à antiga Sudep, indicando possível falha sistêmica na integração das bases de dados, o que demanda avaliação técnica para correção do fluxo de informações.

8.12 Com a palavra, o Conselheiro **Clóvis Amorim (Confespa)**: manifestou preocupação com as dificuldades que os pescadores artesanais poderão enfrentar diante das novas exigências, destacando que a exigência de nota fiscal constitui entrave relevante, por se tratar de documento de difícil obtenção, inclusive em razão das limitações operacionais das secretarias estaduais e da ACAF. Comparou a situação a processos anteriores que geraram sobrecarga e atrasos, ressaltando que o curto prazo de adaptação tende a agravar os problemas no período de transição. Informou, por fim, que a Confespa elaborou documento com propostas e contribuições, a ser encaminhado ao Ministério da Pesca, com o objetivo de colaborar de forma propositiva no aprimoramento dos procedimentos.

8.13 Com a palavra, o Senhor **João Paulo Ferreira Machado (Diretor de Gestão de Benefícios do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE)**: esclareceu que ainda não há definição sobre a aplicação das novas regras de exigência de nota fiscal, pois o ciclo em análise refere-se a período regido por normativa anterior, não sendo possível exigir requisitos distintos. Ressaltou que não será exigida nota fiscal do pescador que comercializa exclusivamente com pessoa física, hipótese em que a comprovação ocorrerá por meio do recolhimento da contribuição previdenciária via DAE. A exigência de nota fiscal aplica-se apenas aos casos de comercialização com pessoa jurídica, ou quando houver venda concomitante para pessoa física e jurídica, conforme declarado no requerimento.

8.14 Com a palavra, o Senhor **Carlos Augusto Júnior (SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE)**: ressaltou que a implementação das novas exigências ocorrerá em período de transição, com desenvolvimento de sistemas, integração de bases de dados e ações de letramento digital, não sendo adotada de forma abrupta. Destacou que haverá adoção gradual da nota fiscal, com manutenção dos mecanismos de comprovação para vendas a pessoa física e diálogo permanente com o setor. Enfatizou que nenhuma medida será implementada sem qualificação e pactuação prévia. Por fim, esclareceu que a aceleração do processo decorre de decisão de governo para resguardar o Seguro-Defeso, reafirmando o compromisso com interlocução contínua e transparente.

8.15 Com a palavra, o Conselheiro **Flávio Lontro (Confrem Brasil)**: cumprimentou os presentes, desculpou-se pelo atraso e manifestou preocupação com a vinculação do pagamento do Seguro-Defeso à dotação orçamentária anual. Destacou que os períodos de defeso variam conforme a espécie, citando casos que se estendem para o exercício seguinte, o que pode gerar

risco de insuficiência de recursos. Questionou se, mesmo com liberação posterior de orçamento, haveria possibilidade de atraso ou pagamento fora do período correto, ressaltando que, embora o direito seja reconhecido após o requerimento, pode haver dificuldade prática para garantir o pagamento dentro do mesmo ano.

8.16 Com a palavra, o Senhor **Carlos Augusto Júnior (SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE)**: esclareceu, de forma transparente, que a questão da dotação orçamentária do Seguro-Defeso é complexa e anterior à transferência da habilitação do INSS para o MTE, já sendo debatida no âmbito do Conape. Informou que havia previsão inicial de cerca de R\$ 6,5 bilhões, com acréscimo de R\$ 900 milhões aprovado pelo Congresso durante a transição entre medidas provisórias, com base em estimativas do INSS e na expectativa de ampliação e regularização do programa. Reconheceu que os diferentes períodos de defeso, alguns atravessando exercícios financeiros, e o legado de pagamentos de anos anteriores dificultam o equacionamento imediato. Destacou que o Ministério está realizando o detalhamento completo da base orçamentária e financeira, em articulação com o INSS, para apresentar dados consolidados ao Executivo e ao Congresso. Admitiu que a questão ainda não está totalmente resolvida, mas assegurou que não foi negligenciada e que as necessidades efetivas de pagamento serão reconhecidas pelo Governo Federal, dependendo apenas da consolidação dos dados e dos ajustes orçamentários.

8.17 Com a palavra, o Conselheiro **Elizeu Brito (FAEP)**: solicitou esclarecimentos sobre a comprovação da comercialização do pescado, destacando que, nas vendas para pessoa jurídica, a nota fiscal é emitida pela empresa, com tributos automaticamente recolhidos. Questionou, contudo, como se dará a comprovação nas vendas para pessoa física, especialmente quanto à periodicidade da declaração e do recolhimento, ressaltando a necessidade de orientações claras para evitar dificuldades futuras aos pescadores. Em seguida, elogiou o trabalho da Fundacentro, destacando a qualificação técnica da equipe, e propôs o alinhamento com a Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca e outras entidades para colaborar com o levantamento nacional em curso, ressaltando a complexidade da iniciativa e colocando-se à disposição para contribuir de forma construtiva.

8.18 Com a palavra, o Senhor **João Paulo Ferreira Machado, (Diretor de Gestão de Benefícios do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE)**: destacou que a contribuição do pescador é mensal e deve ser feita diretamente pelo próprio profissional, por meio de declaração no eSocial, considerando a venda da produção do mês. Ressaltou que o recolhimento é realizado através de uma guia gerada pelo próprio pescador, sem necessidade de emissão de nota fiscal ou qualquer ação junto ao fisco estadual, municipal ou federal, cabendo apenas ao profissional cumprir com a autodeclaração e pagamento. João Paulo salientou que a atuação da Fundacentro permite registrar e acompanhar essa demanda, garantindo o suporte necessário na execução da ação.

8.19 Com a palavra, o Senhor **Carlos Augusto Júnior (SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE)**: complementou que o Ministério do Trabalho e Emprego está aberto ao diálogo com todas as entidades, acolhendo solicitações, sugestões e críticas. Ressaltou que a equipe do Ministério sistematiza essas contribuições internamente, em conjunto com a Pesca e a Casa Civil, para subsidiar a tomada de decisões. Enfatizou que o objetivo é compor um mosaico de sugestões e críticas, fruto de uma construção coletiva, e convidou as entidades a participarem ativamente desse processo.

8.20 Com a palavra, o Conselheiro **Clóvis Amorim (Confespa)**: apresentou uma sugestão de condução da reunião, esclarecendo que não se tratava de questionamento formal à Previdência. Propôs que o representante da Previdência fizesse uma apresentação inicial, esclarecendo suas atribuições atuais, futuras e aquelas que deixaram de ser de sua competência, bem como em

que aspectos ainda pode atuar em cooperação com o Ministério do Trabalho. Destacou que essa contextualização prévia facilitaria a compreensão dos participantes e tornaria os questionamentos posteriores mais objetivos e direcionados.

8.21 Com a palavra, o Senhor **Vinicius Brandão, representando a Senhora Márcia de Souza (Diretora de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS)**: informou que participou em nome da Diretoria de Relacionamento e que o Instituto ainda enfrenta um passivo de cerca de 430 mil requerimentos, sobretudo por limitações orçamentárias. Esclareceu que o INSS permanece responsável por esse passivo e pela transição, em articulação com o Ministério da Pesca e o Ministério do Trabalho, destacando o compartilhamento de informações e dados do CNIS para garantir a confiabilidade e a correta utilização dos dados pelos gestores do programa.

8.22 Com a palavra, o Conselheiro **Clóvis Amorim (Confespa)**: questionou o não pagamento do seguro-defeso de 2015, a responsabilidade pela gestão do passivo e os prazos para requerimento. O representante do INSS esclareceu que se trata de benefícios não requeridos e que os interessados devem seguir os procedimentos do INSS para solicitar a regularização dos pagamentos.

8.23 Com a palavra, o Senhor **Carlos Augusto Júnior (SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE)**: esclareceu que o seguro-defeso de 2015 depende de definição jurídica da AGU e que, confirmada a decisão, o pagamento caberá ao Ministério do Trabalho e Emprego, não havendo intenção de postergar a obrigação.

8.24 Com a palavra, a Conselheira **Roosekelly de Souza (CBPA)**: questionou sobre o seguro-defeso referente ao ano de 2024, destacando especificamente os beneficiários que tiveram pedidos de remissão de parcelas bloqueados pela Medida Provisória (MP) 303. Solicitou esclarecimentos sobre a previsão de pagamento desses beneficiários, indagando se existe outra forma de quitação ou se será necessário recorrer à via judicial para garantir o recebimento dos valores devidos.

8.25 Com a palavra, o Senhor **Vinicius Brandão, representando a Senhora Márcia de Souza (Diretora de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS)**: informou que Ministério da Pesca, Ministério do Trabalho e governo federal trabalham conjuntamente para viabilizar o pagamento do seguro-defeso, com passivo de cerca de 400 mil requerimentos, buscando recursos orçamentários e mantendo a articulação ativa para garantir os pagamentos.

8.26 Com a palavra, a Senhora **Maria José Santos (CNPA)**: esclareceu que os seguros-defeso de 2015 e 2016 estão em fase de habilitação, com credenciamento dos pescadores via link da CNPA, acompanhado pela CGU e MPF, e que os pagamentos serão realizados após liberação dos recursos.

8.27 Com a palavra, o Conselheiro **Edicarlos de Almeida (MPP)**: levantou dúvida acerca do eSocial.

8.28 Com a palavra, o Senhor **João Paulo Ferreira Machado, (Diretor de Gestão de Benefícios do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE)**: explicou que o batimento atual se refere a requerimentos de defeso desde novembro, considerando o cumprimento da regra anterior à MPA. Os pagamentos seguirão a regra vigente, sem valor mínimo definido, e o recolhimento será individualizado por competência, correspondente ao período efetivo de trabalho, com avaliação futura progressiva segundo a nova regra.

9. APRESENTAÇÃO DO CADERNO DE ESTRATÉGIAS DO MPA

9.1 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo**: agradeceu ao Ministério do Trabalho e ao INSS pelos esclarecimentos, destacou a importância da presença para o CONAPE e colocou o colegiado à disposição para receber informações e colaborar com os setores pesqueiro e agrícola, ressaltando que é o ambiente adequado para articulação setorial.

9.2 Com a palavra, a Senhora **Adriana Papaleo (Coordenadora do Planejamento Estratégico MPA)**: apresentou o caderno de planejamento estratégico do Ministério da Pesca e Aquicultura (2024-2028), destacando que é um instrumento institucional obrigatório, alinhado à Estratégia Brasil 2050 e ao Plano Plurianual 2024-2027. O plano inclui missão, visão, valores, 16 objetivos estratégicos, indicadores (41 KRIs) e iniciativas estratégicas, desenvolvidos com ampla participação interna e baseados em diagnóstico SWOT. As quatro perspectivas estratégicas abrangem resultados gerados, desenvolvimento social, territorial e regional, processos, e infraestrutura e aprendizagem. O sistema de gestão estratégica está em fase final de implantação, com relatórios trimestrais para monitoramento de metas. Adriana reforçou que o plano visa promover a pesca e aquicultura sustentáveis, segurança alimentar, geração de renda e inclusão social, garantindo transparência e acompanhamento contínuo, e que o caderno está disponível publicamente, com acesso via QR Code. Ela se colocou à disposição para fornecer atualizações semestrais e detalhamentos adicionais aos participantes.

9.3 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo**: confirmou o recebimento da atualização e informou que os participantes receberão a planilha de acompanhamento dos projetos de lei, que será enviada consolidada ao final do processo. Em seguida, Adriana Toledo retornou a condução dos trabalhos ao secretário Édipo, abrindo espaço para perguntas

9.4 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: retomou a condução da reunião, abriu a plenária para manifestações e destacou que o planejamento estratégico é uma ferramenta de governança interna do Ministério.

9.5 Com a palavra, o Conselheiro **Francisco de Medeiros (Peixe BR)**: questionou sobre o acompanhamento dos projetos e reiterou, pela quarta vez, o pedido para que conste em ata o recebimento de todas as notas técnicas que fundamentaram a posição do MAPA contrária a certos projetos.

9.6 Com a palavra, o Conselheiro **Marco Bailon (Oceano)**: questionou sobre a periodicidade do planejamento estratégico, perguntando se ele é feito anualmente.

9.7 Com a palavra, a **Secretária Adriana Papaleo (Coordenadora do Planejamento Estratégico MPA)**: esclareceu que o planejamento estratégico é elaborado em ciclos (atualmente 2024-2028) e funciona como instrumento de governança interna, disciplinando a estrutura de acompanhamento das atividades da instituição.

9.8 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: destacou que o relatório de gestão de 2024 está alinhado ao planejamento estratégico, refletindo a visão, missão e valores do Ministério, e evidencia amadurecimento e consolidação da reestruturação em relação a 2023. Em seguida, passou a palavra a Itamar da ABCC.

9.9 Com a palavra, o Conselheiro **Itamar Rocha (ABCC)**: destacou que o Ministério da Pesca deve focar em liderança global na produção e exportação de pescado, não apenas no mercado interno, considerando o baixo consumo per capita no Brasil. Ressaltou a necessidade de decisões baseadas em dados técnicos, com ampla participação de profissionais e especialistas, e criticou a ausência de consulta em algumas decisões. Enfatizou desafios orçamentários, a importância do planejamento estratégico, a coordenação legislativa e interações com o

Ministério do Meio Ambiente, defendendo uma visão estratégica ampla para posicionar o Brasil como líder no setor pesqueiro global.

9.10 Com a palavra, a Senhora **Adriana Papaleo (Coordenadora do Planejamento Estratégico MPA)**: destacou sua experiência em planejamento estratégico, reforçando a importância da prática, especialmente para o setor pesqueiro. Esclareceu que o plano apresentado é institucional, voltado ao MPA e em conformidade com normas legais e de órgãos de controle, mas reconheceu a relevância de um planejamento específico para o setor. Ressaltou que o ciclo de quatro anos permite avanços significativos na alimentação da população brasileira, ainda que não seja suficiente para “alimentar o mundo”.

9.11 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: esclareceu que o planejamento estratégico apresentado é interno ao Ministério, orientando servidores e gestores conforme normas, distinto de planos nacionais voltados ao setor. Ressaltou que a construção de políticas públicas ocorre de forma participativa, com diálogo em fóruns como Conape e CPGSE, e que estratégias, metas e indicadores são definidos com contribuição dos atores do setor. Em seguida, passou a palavra a Leticia da Oceana.

9.12 Com a palavra, a Conselheira **Leticia Canton (Oceana)**: cumprimentou Adriana Papaleo e questionou sobre a disponibilidade de um detalhamento mais completo do planejamento estratégico, citando como exemplo o programa de observadores de bordo, e solicitou informações sobre implementação, metas, indicadores e acesso aos detalhes.

9.13 Com a palavra, a Senhora **Adriana Papaleo (Coordenadora do Planejamento Estratégico MPA)**: esclareceu que o caderno apresentado é um resumo do planejamento estratégico detalhado do Ministério, que inclui metas desafiadoras e exequíveis para 2024-2028, definidas pelos técnicos internos. Destacou que o planejamento é contínuo, com métricas claras, e que a apresentação visa dar visibilidade ao documento, mesmo que alguns detalhes, como os 12 atos de ordenamento, não tenham ficado totalmente claros.

9.14 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: esclareceu que a meta dos "12 atos de ordenamento" é anual e aplicada a cada unidade de gestão, não se limitando à tainha. Novas normas são publicadas por unidade, e o acompanhamento do progresso considera cada unidade, não apenas retificações de regulamentos existentes.

9.15 Com a palavra, a Senhora **Adriana Papaleo (Coordenadora do Planejamento Estratégico MPA)**: informou que o caderno de estratégias ainda não está disponível no site, pois a consultoria realizará revisão de ajustes de português, devendo ser publicado até o início de 2026.

9.16 Com a palavra, o Conselheiro **Flávio Lontro (Confrem)**: reiterou o pedido de recebimento da relação completa dos 120 Projetos de Lei de pesca em tramitação e do acordo com a China sobre fornecimento de pescado. Destacou a importância de um planejamento estratégico voltado ao setor pesqueiro, integrado ao interno do Ministério, permitindo que profissionais contribuam para estratégias de crescimento e expansão.

9.17 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: esclareceu que a lista de espécies autorizadas para exportação à China foi ampliada e destacou a necessidade de unificar os planos nacionais existentes em um único planejamento estratégico para o setor, envolvendo a equipe responsável, incluindo Adriana e Renata

9.18 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: informou que a atualização dos Projetos de Lei do Setor Extrativo e o documento referente à China foram encaminhados, sendo reenviados se necessário. Destacou que a conferência nacional é o instrumento para definir prioridades do setor, consolidando planos segmentados da pesca artesanal, aquicultura e pesca

amadora esportiva em um caderno base, promovendo um setor pesqueiro sustentável e com potencial de alimentar o mundo.

9.19 Com a palavra, o Conselheiro **Felipe Weber (Abla)**: destacou a necessidade de um planejamento estratégico específico para o setor pesqueiro e de aquicultura, construído de forma participativa e unificando diferentes planos setoriais. Ressaltou que o planejamento interno do Ministério não atende plenamente às demandas do setor e que o conselho deve ser ouvido na formulação de políticas públicas. Criticou a falta de detalhamento das medidas de ordenamento, prioridades e metas, e apontou dificuldades com convocações de reuniões extraordinárias, cuja organização será revista pela Secretaria para respeitar prazos regulares e garantir participação efetiva.

9.20 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: afirmou que chamará a responsável, Renata, e que todos os conselheiros devem receber respostas. Reforçou que convocações devem seguir o regimento (prazo de 10 dias corridos) e garantiu que reuniões extraordinárias serão corrigidas e que o cronograma das reuniões ordinárias futuras será apresentado ainda na sessão.

9.21 Com a palavra, o Conselheiro **Flávio Lontro (Confrem)**: relatou transtornos causados pelo cancelamento de reunião na véspera, destacando dificuldades de programação devido à falta de calendário definido e custos com passagens e hospedagem. Sugeriu a elaboração do calendário de reuniões ordinárias de 2026 e maior planejamento de datas para otimizar logística e participação, sem criticar a presidência ou condução do conselho.

9.22 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: informou que avisa os conselheiros pelo WhatsApp sobre o envio de e-mails e que, devido ao grande número de membros (102), não é possível acompanhar a leitura individualmente. Desaconselha presença presencial em reuniões virtuais para evitar problemas de governança e ressaltou a necessidade de planejamento e comunicação antecipada. Reafirmou que o Ministério busca aprimorar processos e criar espaços de diálogo para melhorar comunicação e planejamento das reuniões ordinárias.

9.23 Com a palavra, o Conselheiro **Felipe Weber (Abla)**: registrou que, embora as reuniões ordinárias tenham sido deliberadas como presenciais, os membros receberam apenas link virtual. Compreendeu a justificativa, mas reforçou a importância de manter o formato presencial nas reuniões futuras.

9.24 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: acrescentou que a discussão trata da participação presencial nas reuniões ordinárias. Historicamente, essa opção sempre foi disponibilizada, mas cortes orçamentários contingenciaram recursos, limitando parte do calendário anual. Apesar disso, algumas reuniões foram priorizadas, e espera-se retomar todas no próximo ano para garantir participação efetiva do conselho.

9.25 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: manifestou concordância com Adriana sobre as limitações das reuniões devido a cortes orçamentários, agradeceu sua apresentação e registrou sua ausência por viagem. O Secretário Édipo deu sequência à agenda, convidando Fernanda de Paula para detalhar o andamento do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura, incluindo recortes regionais, divisão por segmento e encaminhamentos necessários.

10. APRESENTAÇÃO DAS OITIVAS DA CONSTRUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA

10.1 Com a palavra, a Senhora **Fernanda de Paula (Secretária Nacional de Aquicultura)**: cumprimentou os presentes e apresentou o andamento do Plano Nacional de Desenvolvimento

Sustentável da Aquicultura, ainda em fase de elaboração. Explicou que, após as oitavas realizadas com diversos atores do setor, a equipe está sistematizando o documento, que será disponibilizado na plataforma Brasil Participativo para novas contribuições, garantindo a construção de um plano concreto e aplicável às demandas reais do setor. Destacou que o plano busca fortalecer a competitividade, promover a economia azul e integrar as diferentes cadeias produtivas, incluindo piscicultura, carcinicultura, malacocultura, ranicultura, aquicultura ornamental e algicultura. Ressaltou que o plano se baseia no PNDA 2022-2032, atualizado pelas contribuições das oitavas virtuais e presenciais, garantindo representatividade regional e setorial. A Secretária enfatizou que o plano considera a missão do Ministério de promover o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura, contribuindo para segurança alimentar, geração de renda e inclusão social, e a visão de ser reconhecido pela excelência em gestão, inovação e sustentabilidade. Entre os eixos estratégicos destacaram-se gestão de dados, assistência técnica, crédito, pesquisa e desenvolvimento, regularização ambiental e fundiária, sanidade, rastreabilidade, comercialização e inovação tecnológica, incluindo a proposta de uma plataforma geoespacial para licenciamento, zoneamento inteligente e monitoramento remoto. Fernanda de Paula ressaltou a importância do acesso a informações técnicas e do fortalecimento institucional, com capacitação de agentes financeiros e órgãos licenciadores, além da articulação com universidades, Embrapa, Sebrae, CNA e demais parceiros. Destacou a prioridade de ampliar o consumo de pescado e a necessidade de estratégias coordenadas para promover o setor. Por fim, reforçou que o plano é participativo e colaborativo, destacando a importância do engajamento de todos os atores para alcançar avanços concretos e sustentáveis na aquicultura brasileira.

10.2 Com a palavra, o Conselheiro **Dárlio Teixeira (SBFic)**: cumprimentou os presentes e elogiou a equipe pela apresentação. Perguntou como os conselheiros poderão acessar a versão atual do plano para conferir a incorporação de suas contribuições e como as propostas da Conferência Nacional serão integradas ao documento.

10.3 Com a palavra, a Senhora **Fernanda de Paula (Secretária Nacional de Aquicultura)**: explicou que a etapa de recebimento de contribuições está em consolidação e que a versão apresentada ainda não é final. Destacou que a apresentação na 46ª Reunião do Conape serviu para mostrar o andamento do plano e seus eixos temáticos. Destacou que verificaria com a equipe técnica a versão final, que a ideia seria passar pelo Brasil Participativo. Destacou que o Conselheiro Dárlio afirmou é realmente muito importante. Ressaltou ser fundamental que cada um dos conselheiros tenha tempo, inclusive, para realizar os ajustes necessários, antes do encaminhamento ao Brasil Participativo. Destacou que isso é possível de ser feito e que a equipe irá trabalhar nesse sentido. Sobre a integração com a Conferência Nacional, afirmou que, a partir do próximo ano, as contribuições poderão ser incorporadas gradualmente ao plano, mantendo os eixos principais e permitindo avanços progressivos.

10.4 Com a palavra, o Conselheiro **Marco Bailon (Aoceano)**: esclareceu que a Conferência Nacional incluirá a sistematização das ações do Ministério em um caderno público, funcionando como uma “auditoria” para subsidiar debates e dar visibilidade ao trabalho já realizado. Destacou que a iniciativa reforça a produção, exportação e desenvolvimento do setor aquícola e pesqueiro, alinhando-se à manifestação do senhor Itamar. Ressaltou que espaços já existentes, como o Fórum da Pesca Artesanal, o Plano Nacional de Desenvolvimento e os instrumentos de monitoramento da SERMOP, serão integrados à Conferência. Pontuou que o objetivo é promover transparência e participação social, consolidando e discutindo ações já estruturadas, criando apenas quando necessário.

10.5 Com a palavra, a Senhora **Fernanda de Paula (Secretária Nacional de Aquicultura)**: destacou a importância de dar visibilidade às ações do Ministério, muitas das quais ainda não são plenamente percebidas pela sociedade, e de atender às demandas do setor por foco, direcionamento e acesso à informação. Ressaltou que ampliar a transparência é essencial para alinhar expectativas e que o planejamento estratégico permite internalizar indicadores de

desempenho, acompanhar resultados e orientar a gestão interna, fortalecendo a execução e a qualificação das ações ministeriais.

10.6 Com a palavra, o Conselheiro **Márcio Roberto (CNCTC)**: cumprimentou a apresentação, destacando sua relevância, e relatou que atua em regiões do litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro, onde convivem aquicultura e comunidades tradicionais de pesca artesanal. Observou que a instalação de empreendimentos sem diálogo prévio com essas comunidades gera conflitos, desânimo nos empreendedores e entraves relacionados ao uso das águas da União e à regularização. Sugeriu que o Ministério e demais atores promovam o diálogo antecipado entre empreendedores e comunidades, garantindo implantação legal e pactuada, sem conflitos, e contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a continuidade das atividades produtivas locais.

10.7 Com a palavra, a Conselheira **Fabiana Pilarski (Abrapoa)**: iniciou cumprimentando a Secretária Fernanda e elogiando o plano, destacando sua abrangência ao contemplar todas as cadeias da aquicultura, e manifestou interesse em contribuir com sua construção. Ressaltou sua experiência tanto no meio científico quanto no setor produtivo, apontando a discrepância entre pesquisa acadêmica e demandas aplicadas do setor. Destacou a insuficiência de financiamento para pesquisas aplicadas, caracterizando esse fator como um dos principais entraves ao desenvolvimento do setor. Enfatizou a importância de fortalecer o diálogo com o CNPq e outros órgãos de fomento para viabilizar pesquisas voltadas às necessidades produtivas. Como sugestão adicional, recomendou que o plano incluía explicitamente temas de segurança alimentar e segurança dos alimentos, vinculando-os aos impactos das mudanças climáticas e questões de sanidade na aquicultura, registrando a proposta como contribuição ao processo.

10.8 Com a palavra, o Conselheiro **Dárlio Teixeira (SBFic)**: informou que apresentará contribuições mais detalhadas após análise do documento completo, mas destacou a necessidade de considerar a diversidade de representações do setor produtivo, incluindo pesca artesanal, aquicultura familiar e setor empresarial. Observou que não identificou ações claras voltadas ao fortalecimento da aquicultura familiar, arranjos produtivos locais e incentivo ao associativismo e cooperativismo, fundamentais para a organização produtiva e inclusão social, especialmente em cadeias como a algicultura. Ressaltou sua atuação recente como representante no Conselho de Bioeconomia, lembrando que o plano nacional de bioeconomia está avançado e prevê aporte significativo de recursos, representando oportunidade estratégica para pesca e aquicultura. Por fim, questionou se a bioeconomia está devidamente contemplada no plano ou se seria necessária uma abordagem mais robusta.

10.9 Com a palavra, a Senhora **Fernanda de Paula (Secretária Nacional de Aquicultura)**: afirmou que a temática indicada já está contemplada de forma transversal nos eixos do plano, mas ressaltou que manifestações específicas fortalecem o debate e contribuem para o aprimoramento das ações. Incentivou os membros do colegiado a provocarem o Ministério sempre que necessário, inclusive por demandas formais, para subsidiar e qualificar a execução das políticas públicas em curso.

10.10 Com a palavra, o Senhor **Itamar Rocha (ABCC)**: iniciou destacando a relevância estratégica da aquicultura para o desenvolvimento do Brasil, enfatizando a necessidade de planejamento, investimentos estruturantes e atenção às potencialidades do setor. Apontou comparações internacionais, mostrando que o país possui recursos naturais e experiência técnica para aumentar a produção, mas enfrenta entraves regulatórios, institucionais e de financiamento, além de limitações no licenciamento ambiental e na articulação entre órgãos governamentais. Ressaltou que a aquicultura, especialmente a carcinicultura, possui histórico consolidado de investimentos e práticas sustentáveis, com benefícios nutricionais e ambientais comprovados, e criticou a baixa priorização governamental e o acesso limitado do setor a mercados e exportações, destacando perdas estratégicas, como no comércio com a China e

outros mercados exigentes. O Conselheiro enfatizou a importância de soluções fundamentadas na experiência prática e no conhecimento técnico do setor, defendendo maior escuta dos especialistas e decisões estruturadas, sem atribuição de culpa a gestões passadas. Citou sua trajetória profissional, destacando a capacidade técnica e produtiva já existente no país, incluindo experiência empresarial com equipes especializadas e conhecimento em sanidade aquícola, como o desenvolvimento de vacinas para carcinicultura. Por fim, Itamar ressaltou que a aquicultura é atividade estratégica para o país, capaz de gerar desenvolvimento econômico e social, com especial destaque para cadeias como a do camarão, desde que haja alinhamento institucional, apoio governamental e utilização de conhecimento técnico qualificado. Ele reforçou a disposição do setor produtivo em contribuir com soluções concretas e sustentáveis para o fortalecimento da aquicultura brasileira.

10.11 Com a palavra, a Senhora **Fernanda de Paula (Secretária Nacional de Aquicultura)**: reconheceu a dedicação e a paixão do expositor pela aquicultura, destacando a importância de formalizar por escrito as contribuições apresentadas, com sugestões concretas e ações práticas. Ressaltou que essas propostas serão analisadas para organização em metas objetivas e exequíveis no planejamento institucional. Esclareceu que o ponto abordado se refere especificamente à área de prevenção.

Intervalo para almoço

11. Apresentação das Ações do Ministério da Pesca e Aquicultura na COP 30

11.1 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: convidou o Senhor Ian Brasil, Analista Técnico em Assuntos Internacionais da Assessoria Internacional do Ministério da Pesca e Aquicultura, para apresentar os trabalhos do Ministério relacionados à COP 30. Informou-se que a exposição teria duração de até 30 minutos, após a qual seriam retomadas as discussões sobre os comitês. Em seguida, iniciou-se a apresentação pelo expositor.

11.2 Com a palavra, o Senhor **Ian Brasil (Analista Técnico em Assuntos Internacionais, vinculado à Assessoria Internacional do Ministério da Pesca e Aquicultura)**: apresentou a atuação do MPA na COP 30, contextualizando a conferência e sua relevância global. Destacou a inclusão inédita da pesca e aquicultura como soluções climáticas, com participação em negociações, implementação de ações e aprovação do Plano de Belém. Ressaltou a criação do GT COP 30, eventos preparatórios, painéis sobre mulheres pescadoras, descarbonização das frotas e aquicultura de algas. Apontou metas concretas, como gestão sustentável de estoques, aumento da aquicultura sustentável, valorização do pescado e inserção do setor nas contribuições internacionais. Mencionou também o portal da ONU para projetos de aquicultura e reforçou que a COP 30 é parte de um processo contínuo, visando consolidar avanços estratégicos e posicionar o Brasil como referência global no setor.

11.3 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: agradeceu a participação de Ian Brasil e destacou o esforço coletivo do Ministério da Pesca na consolidação de uma pauta robusta durante os 12 dias da COP, enfrentando desafios como reuniões com a OMRE e articulação frente a outros ministérios. Parabenizou a equipe e a Assessoria Internacional pelo trabalho realizado e reconheceu o protagonismo inédito dos sistemas alimentares na conferência.

11.4 Com a palavra, o Conselheiro **Dárlio Teixeira (SBFic)**: cumprimentou os participantes e destacou sua satisfação em estar presente pessoalmente, mencionando contatos prévios via WhatsApp. Elogiou o empenho do Ministério da Pesca nas pautas sobre algas e ressaltou o interesse e a disponibilidade da sociedade que representa — composta por professores, pesquisadores e estudantes — em participar ativamente do processo. Destacou a importância histórica e crescente do tema e mencionou que parte do conteúdo apresentado estava relacionada às propostas de sua sociedade. Colocou-se à disposição para se inteirar melhor

sobre o assunto e participar de futuras reuniões para colaborar no desenvolvimento e implementação dos projetos.

11.5 Com a palavra, o Senhor **Ian Brasil (Analista Técnico em Assuntos Internacionais, vinculado à Assessoria Internacional do Ministério da Pesca e Aquicultura)**: comentou sobre os projetos submetidos ao portal de Charme Shake, destacando que, apesar da complexidade do processo e da comunicação de última hora, foram priorizadas propostas em andamento com resultados concretos, permitindo submissões bem-sucedidas. Ressaltou que apenas alguns projetos foram aprovados até o momento, mas o portal permanecerá aberto para novas submissões e integração de futuros projetos. Reiterou a importância da agenda estruturada do Ministério da Pesca, lembrando que, entre os dias 10 e 20, ocorreram atividades e eventos diários relacionados ao tema, sendo que no dia 21 não houve trabalhos devido a cancelamento de evento por incidentes na COP.

12. APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DO COMITÊ DA CONFORMIDADE DA PESCA NACIONAL

12.1 Com a palavra, o Conselheiro **Agnaldo Hilton (Presidente do Comitê de Conformidade da Pesca)**: apresentou o Comitê de Conformidade da Pesca Nacional explicando que as reuniões são trimestrais e envolvem levantamento de atividades e acompanhamento das conformidades em conjunto com os conselheiros. Destacou o alinhamento estratégico das fiscalizações institucionais e seus impactos na cadeia de pescados abordando áreas de pesca da sardinha, licenças, ajustes de linha de pesca e suspensão de defesos com publicação prevista para os próximos meses. Mencionou o defeso do camarão-rosa e os impactos da peste da lula ainda pendentes de decisão e publicação oficial e ressaltou a publicação de portarias relacionadas ao GT de permissionamento e à revisão da normativa nº 10. Alertou para a fragilidade na fiscalização da pesca ilegal, especialmente em barcos não monitorados, e a necessidade de atuação in loco e envio de ofícios ao Ministro. Enfatizou a importância da gestão compartilhada e da participação efetiva do Ministério da Agricultura e do MAPA observando que a ausência de respostas tempestivas prejudica o setor. Destacou a necessidade de planejamento estratégico, definição clara de responsabilidades e continuidade institucional frente a mudanças na liderança ministerial. Ressaltou a importância de formalizar contratos de compra, venda e arrendamento para emissão de notas fiscais e redução de entraves junto à Marinha e outros órgãos. Agradeceu a atuação do Secretário Édipo, da Sra. Elielma e da força-tarefa da SERMOP pelo atendimento às demandas e encaminhamento de respostas e finalizou enfatizando que os avanços no próximo ano dependerão do esforço coletivo e da coordenação institucional.

12.2 Com a palavra, o Conselheiro **Chico Almada (CNCTC)**: apresentou questão referente ao estado de São Paulo destacando que a portaria nº 166 de 2007 temporariamente inviabiliza a pesca com rede Boeira conhecida como rede de Moura e Superfície. Informou que após reivindicações e debates junto à antiga Secretaria foi possível suspender os artigos 2º e 3º da portaria ressaltando que a medida é temporária e terá validade até dezembro deste ano. Mencionou que foi constituído um grupo de trabalho envolvendo a Secretaria Nacional da Pesca Artesanal, IBAMA e outros órgãos competentes visando acompanhamento e solução da demanda. Destacou que o diálogo com os órgãos responsáveis, incluindo MMA, IBAMA e Instituto Chico Mendes, está sendo dificultado o que impede a prorrogação da portaria. Ressaltou que sem a prorrogação a pesca artesanal com redes Boeira no próximo ano será inviabilizada afetando espécies como tainha, cavala e robalo. Reforçou que foi elaborado ofício a ser encaminhado aos órgãos competentes e fez apelo para que a prorrogação seja concedida permitindo a formação de grupo de trabalho no próximo ano para revisar a portaria e viabilizar a atividade. Solicitou apoio da Diretoria-Geral, do Sr. Brito Santos e de todos os órgãos competentes para viabilizar a prorrogação e garantir a continuidade da pesca artesanal no estado de São Paulo.

12.3 Com a palavra, o Conselheiro **Agnaldo Hilton (Presidente do Comitê de Conformidade da Pesca)**: destacou a atuação prática do setor e a necessidade de apoio técnico para viabilizar

demandas ressaltou a importância do diálogo e respeito entre Conape, Ministério da Pesca e órgãos envolvidos e que a representação da classe pesqueira deve ser considerada apontou que todos atuam voluntariamente e reforçou a função do Conape em buscar soluções efetivas comentou sobre a Portaria nº 597 e o subsídio do diesel existente desde 2014 destacando que o repasse federal é insuficiente afetando pescadores especialmente em Santos e Arina e ressaltou que o compartilhamento de operações na região Norte ajuda no custeio das atividades e otimiza recursos

12.4 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Conepe)**: agradeceu as explicações do Sr. Agnaldo e ressaltou que conformidade significa estar em conformidade ou não destacou a importância de atuação coletiva do conselho e da deliberação unificada mencionou a reformulação da Lei da Pesca como espaço adequado para manifestação da pesca brasileira alertou para ações recentes realizadas de forma inadequada e reforçou a necessidade de atenção às responsabilidades das entidades e do conselho destacou que o conselho orienta o Ministro na condução das políticas públicas e alertou sobre condutas impróprias na representação durante audiências públicas

12.5 Com a palavra, o Conselheiro **Agnaldo Hilton (Presidente do Comitê de Conformidade da Pesca)**: concordou com as observações do Sr. Cadu e reforçou que representa a Pesca BR, não o Sindip, destacou a necessidade de considerar os interesses diversos do setor (industrial, artesanal e de outorga) e a responsabilidade dos membros do conselho esclareceu que não pode ser responsabilizado por atos de terceiros, como jornalistas, durante audiências públicas enfatizou o respeito e a colaboração mantidos com a Oceana e outros órgãos, destacando que as demandas são formalizadas e acompanhadas adequadamente junto aos técnicos e responsáveis

12.6 Com a palavra, o Conselheiro **Enox de Paiva (ABCC)**: parabenizou a apresentação e destacou que o principal entrave à normatização da pesca no Brasil é a autoridade pesqueira ressaltou que o Ministério da Pesca, em articulação com o Meio Ambiente, deve coordenar e regular o setor questionou decisões do Ministério do Meio Ambiente que desconsideraram negociações anteriores e enfatizou a necessidade de aproveitar a reformulação da Lei da Pesca para assegurar atuação legal e eficaz do Ministério destacou a importância de consolidar o Ministério da Pesca como órgão capaz de definir diretrizes claras sobre espécies e regular ações mencionou resistência de outros setores e reforçou que a união interna e o fortalecimento institucional são essenciais para implementar decisões e enfrentar desafios do setor independentemente de mudanças de governo.

12.7 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: ressaltou a importância de conduzir os encaminhamentos com a presença da maioria dos participantes, destacando que a dispersão compromete a efetividade dos trabalhos e questionou o Sr. Clóvis se seus comentários se referiam à apresentação do Sr. Agnaldo ou às colocações do Sr. Cadu, observando diferenças significativas entre conselheiros e organizações que representam e a necessidade de alinhamento nas deliberações

12.8 Com a palavra, o Conselheiro **Clóvis Amorim (Confespa)**: enfatizou que, apesar das diferenças entre conselheiros e organizações, o Ministério da Pesca deve ser tratado como política de Estado, não como programa de governo, atuando de forma contínua e estruturada para proteger e desenvolver sustentavelmente a pesca, o setor aquático e os biomas envolvidos.

12.9 Com a palavra, a Conselheira **Leticia Canton (Oceana Brasil)**: questionou a disponibilidade das atas dos comitês internos e grupos de trabalho, observando que apenas algumas estão publicadas no site oficial e que não localizou as demais, agradecendo, contudo, pelas informações já fornecidas.

12.10 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: informou que solicitará a abertura, no âmbito do Conape, de uma aba específica para os comitês, com o objetivo de publicar todas as atas das reuniões e facilitar o acesso às informações pelos conselheiros.

12.11 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: informou que a reunião avançaria para o próximo comitê, que trata da competitividade da tilapicultura, e convidou o Sr. Francisco Medeiros para conduzir as apresentações e discussões sobre o tema.

13. APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DO COMITÊ DA COMPETITIVIDADE DA TILAPICULTURA

13.1 Com a palavra, a Senhora **Juliana Lopes (Diretora do Departamento de Aquicultura em Águas da União da SNA/MPA)**: relatou os três itens tratados na última reunião do comitê, destacando a tilápia importada do Vietnã e informando que o comitê solicitou ao Ministério da Pesca auxílio para restringir a importação, sendo esclarecido que a proibição não é competência do MPA, mas que estão sendo buscadas formas de fortalecer a competitividade da tilápia nacional. Abordou também o apoio do Ministério em relação ao Projeto de Lei nº 1.300 sobre questões de energia, que, apesar da atuação do comitê, foi aprovado. Comentou sobre a Conabio, destacando a atuação do Ministério para impedir a inclusão de espécies de interesse da aquicultura na lista, resultando na suspensão da tramitação e na prorrogação do prazo de análise em 60 dias. Informou que a partir de março será retomada a discussão do Anexo 2, contendo apenas espécies de interesse da aquicultura, e estabeleceu prazos de entrega de documentações para algas até 31 de dezembro e demais espécies até o final de fevereiro, permitindo geração de dados adicionais até a deliberação final. Ressaltou que a suspensão temporária da tramitação do Anexo 1 foi uma vitória coletiva, possibilitando discussão mais aprofundada da lista, e finalizou agradecendo à Sra. Adriana, destacando que o relato resumiu as atividades do comitê de competitividade da tilapicultura.

13.2 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: questionou se já teve uma reunião oficial e se a Ata já se encontrava disponível, a senhora Juliana disse que sim.

13.3 Com a palavra, o Conselheiro **Sérgio Velho (MDIC)**: questionou sobre suposto aumento na importação de tilápia ou filé congelado, destacando que o Brasil pode aplicar tarifas contra importações excessivas e que o Ministério da Pesca acompanha, junto ao MDIC, as deliberações do comitê técnico de alterações tarifárias, participando sempre que necessário, com decisões tomadas por consenso e submetidas a instâncias superiores, incluindo vice-ministros, secretários executivos e, eventualmente, o Mercosul, visando proteger a aquicultura brasileira, sendo as demandas encaminhadas por associações ou empresas interessadas. Apresentou exemplo do setor de aço, definindo “surto” como elevação superior a 30% em três períodos analisados, metodologia aplicada também a setores químico e metalúrgico, ressaltando que, se a indústria do pescado se sentir prejudicada, há base para solicitar elevação tarifária ou investigação de dumping, inclusive com medidas provisórias. Finalizou esclarecendo que a definição de surto é estabelecida pelo comitê do MDIC, colocando-se à disposição para prestar apoio ao MAPA e às associações interessadas.

13.4 Com a palavra, o Conselheiro **Dárlito Teixeira (SBFic)**: fez breve intervenção direcionada à plenária, observando que a Sra. Juliana já está a par dos diálogos realizados com o professor Melo Lira, da sociedade representada, que têm subsidiado questões sobre algas, e manifestou curiosidade sobre a razão do prazo de entrega das documentações das algas ser dezembro, enquanto para as demais espécies é fevereiro, ressaltando que não havia problema caso a explicação não estivesse disponível naquele momento.

13.5 Com a palavra, a Senhora **Juliana Lopes (Diretora do Departamento de Aquicultura em Águas da União da SNA/MPA)**: esclareceu que há dois anexos distintos e que a Capafix já foi autorizada pelo Ibama em 2008 e 2021, destacou erros na lista, como classificação

equivocada da reprodução da espécie, ressaltou divergência entre MMA e setor, enfatizou que o setor trabalha apenas com espécies eficientes como Vannamei e Capafix, e observou que espécies nacionais de alta produtividade podem ser classificadas como exóticas, refletindo realidade da produção aquícola e agropecuária.

13.6 Com a palavra, o Conselheiro **Aginaldo Hilton (Presidente do Comitê de Conformidade da Pesca)**: agradeceu ao Secretário e à equipe do MDIC, em especial ao Sr. Sérgio Knorr Velho e ao Secretário Orelli, pelo trabalho conjunto com o MPA na suspensão da importação de sardinha e reversão da alíquota, destacando o impacto positivo para trabalhadores e empregadores e reconhecendo o esforço do governo federal em equiparar condições sociais no setor.

13.7 Com a palavra, o Conselheiro **Marco Bailon (Aoceano)**: comentou sobre a repercussão da classificação da tilápia como espécie invasora ou exótica, destacando a reação da sociedade e produtores e o desconhecimento da cadeia produtiva, ressaltando que a tilápia é consolidada no país e relevante para pescadores amadores e pequenos produtores, e enfatizou a necessidade de defesa firme junto ao CONABIO, com posição incisiva do Ministério da Pesca.

13.8 Com a palavra, a Senhora **Juliana Lopes (Diretora do Departamento de Aquicultura em Águas da União da SNA/MPA)**: destacou que a análise da tilápia desconsiderou os aspectos sociais e econômicos, focando apenas no ambiental, ressaltando que a sustentabilidade envolve os pilares ambiental, social e econômico, e que a tilápia ocupa ambientes degradados devido à degradação dos rios e falta de tratamento de esgoto, sendo resistente e adaptável a diferentes ambientes e sistemas de cultivo, característica valorizada pelo setor mas equivocadamente usada como argumento de ameaça ambiental.

13.9 Com a palavra, o Conselheiro **Itamar Rocha (ABCC)**: ressaltou que a principal justificativa para restringir a importação de tilápia do Vietnã é sanitária, devido à doença TILV, a mais grave da espécie, destacando que a legislação brasileira proíbe importações de países que não atendam aos padrões sanitários, mas que esse critério ainda não é aplicado efetivamente; citou o exemplo do camarão devolvido pela China em 2023 por doença mancha branca e enfatizou a necessidade de ações jurídicas para proteger a sanidade da aquicultura nacional, especialmente da tilápia.

13.10 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Conepe)**: apresentou que competitividade se refere à capacidade de competir considerando produtividade, custos e preços, destacando que medidas como fechamento de mercados ou aumento de tarifas nem sempre são eficazes; ressaltou a importância de considerar todos os custos da cadeia produtiva da tilápia e defendeu estratégias internas, como reengenharia de processos e desoneração, para tornar a produção nacional sustentável e adaptada a um mercado cada vez mais aberto.

13.11 Com a palavra, a Conselheira **Juliana Lopes (Diretora do Departamento de Aquicultura em Águas da União da SNA/MPA)**: informou que a Secretaria apresentou o Plano Nacional da Aquicultura, com foco na competitividade de toda a aquicultura nacional, destacando como gargalo central o licenciamento ambiental, considerado oneroso e moroso; explicou que o Ministério vem atuando junto ao CONAMA, IBAMA, órgãos estaduais e Conape para revisar a Resolução CONAMA nº 413, propondo a retirada do critério de severidade da espécie, ampliação dos limites de porte dos empreendimentos e mudança do critério de área ocupada para capacidade produtiva, medidas que, se aprovadas, representarão avanço significativo no licenciamento aquícola.

13.12 Com a palavra, o Conselheiro **Ronaldo Cavalli (Aquabio)**: destacou a repercussão da classificação da tilápia como espécie exótica invasora e o recuo aparente do MMA, informando a constituição de um Grupo de Trabalho com participação da diretoria da Conabio e apoio da Itaipu para elaborar um dossiê técnico baseado em evidências científicas, com propostas de

mitigação de impactos; o objetivo é consolidar uma resposta coletiva e institucional para encaminhamento ao Conape e ao Ministério competente até o final de fevereiro, conferindo maior peso técnico e político ao posicionamento.

13.13 Com a palavra, a Senhora **Juliana Lopes (Diretora do Departamento de Aquicultura em Águas da União da SNA/MPA)**: ressaltou que os processos de licenciamento ambiental já exigem medidas de mitigação para escapes, que são prejudiciais economicamente ao produtor; destacou que a tilápia utilizada apresenta 98% a 99% de machos, limitando o potencial reprodutivo em caso de escape, e que a reprodução natural depende de condições ambientais específicas raras nos locais de cultivo, reduzindo o risco de estabelecimento da espécie. Acrescentou que fatores sociais, produtivos e ambientais não foram devidamente considerados nas análises anteriores, e informou que, na revisão da Resolução Conama nº 413, foram suprimidos dispositivos sobre grau de severidade das espécies, mas foi incluído artigo específico sobre escapes. A minuta aprovada no Grupo de Trabalho está disponível no site do Conama e seguirá para apreciação da Câmara Técnica em abril, estando à disposição para envio aos interessados como referência para estudos.

13.14 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: agradeceu à Sra. Juliana pela apresentação e parabenizou-a pelo trabalho, declarou encerrada a discussão sobre o tema, agradeceu ao Secretário pela participação e informou que a reunião prosseguiria com o próximo item da pauta, referente ao Comitê de Competitividade da Carcinicultura, convidando o Sr. Itamar Rocha para conduzir a apresentação.

14. APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DO COMITÊ DA COMPETITIVIDADE DA CARCINICULTURA

14.1 Com a palavra, o Conselheiro **Itamar Rocha (ABCC)**: iniciou abordando o Projeto de Lei nº 4.808 e a importância do diálogo com relator e assessores. Destacou que a competitividade do setor depende de sanidade, inovação, gestão eficiente e produtividade, citando avanços na carcinicultura. Apontou entraves históricos, como licenciamento ambiental complexo e acesso limitado a crédito, mas ressaltou progressos em estados como Sergipe e Rio Grande do Norte e a importância da participação municipal. Enfatizou a atração de empresas internacionais, abertura de mercados externos e fortalecimento da competitividade, lembrando que a produção nacional de camarão ainda é inferior à de outros países. Destacou impactos socioeconômicos positivos e concluiu reforçando a responsabilidade coletiva pelo crescimento do setor, compartilhando sua experiência de mais de 50 anos e otimismo quanto à consolidação sustentável da aquicultura nacional

14.2 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: agradeceu ao Sr. Itamar pela exposição e convidou o Sr. Roberto a se manifestar, solicitando ainda que este organizasse posteriormente a memória da fala do Presidente da Associação Brasileira de Aquariofilia relativa à reunião. Em seguida, abriu a palavra aos demais participantes para perguntas, manifestações ou contribuições adicionais sobre o tema.

14.3 Com a palavra, o Senhor **Sérgio Pinho (ABCC)**: destacou que a competitividade do setor é afetada por altos custos de investimento (cerca de R\$ 2 mi/ha), questões cambiais e falta de segurança jurídica. Observou a suspensão de investimentos planejados e criticou a ausência de reciprocidade do mercado europeu ao pescado brasileiro, apontando entraves à competitividade.

14.4 Com a palavra, o Conselheiro **Sérgio Velho (MDIC)**: agradeceu ao Senhor Itamar e questionou sobre a necessidade de financiamento para o setor, destacando o alinhamento regional promovido pelo Conselho do Nordeste. Indagou sobre diálogos com o Conselho e o Banco do Nordeste para viabilizar crédito, ressaltando que a licença ambiental é exigência, mas que a articulação existente permitiria avanços. Enfatizou a importância de disponibilizar

recursos para recuperar a competitividade da aquicultura frente a outros países da América Latina, encerrando com agradecimentos.

14.5 Com a palavra, o Conselheiro **Itamar Rocha (ABCC)**: ressaltou a importância da carcinicultura para o Nordeste como geradora de emprego e oportunidades. Destacou entraves históricos, como acesso limitado a crédito e exigência de licenças ambientais, e defendeu maior articulação política, incentivos regionais e diálogo com o Banco do Nordeste. Enfatizou retomada de exportações, atração de investimentos, inovação tecnológica, interiorização da aquicultura e aproveitamento integral do camarão, reforçando a necessidade de união entre produtores, entidades e governo para crescimento sustentável.

14.6 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: registrou que a apresentação do Comitê da Pesca Amadora e Esportiva foi adiada devido à ausência do conselheiro Regis por mal-estar. Em seguida, a apresentação das ações da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, inicialmente prevista para o Senhor Paulo Faria, foi conduzida pela Senhora Naitê, representando a APSD.

15. AÇÕES DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA

15.1 Com a palavra, a Senhora **Naetê Barbosa Lima Reis (APSD)**: saudou todos os presentes, incluindo o Senhor Ajax, o Senhor Bailon e o Professor Dárlcio. Apresentou-se, destacando 15 anos de experiência com comunidades pesqueiras e a importância do Conape como espaço de debate e construção coletiva. Ressaltou o papel estratégico das conferências nacionais para diagnosticar o setor e orientar agendas institucionais, lembrando que o país ficou cerca de 16 anos sem conferência de aquicultura e pesca. Informou que tema e eixos da quarta Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, prevista para junho, já foram definidos, e convidou os demais participantes a se manifestarem sobre o processo.

15.2 Com a palavra, o Conselheiro **Dárlcio Teixeira (SBFIc)**: informou que o conteúdo já havia sido apresentado em reuniões virtuais e que, devido ao tempo, a exposição buscou resumir os principais encaminhamentos coletivos. Destacou o caráter inovador da conferência, a elaboração de documento resumido para futuras reuniões e a necessidade de evitar propostas inviáveis, já que apenas 15–16% das ações de edições anteriores foram executadas. Ressaltou a escuta das áreas finalísticas do MAPA para alinhar propostas às ações em curso, citando pesca artesanal e aquicultura, e afirmou a importância da quarta Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, priorizando políticas públicas viáveis e executáveis, com contribuições adicionais dos Senhores Bailon e Ajax.

15.3 Com a palavra, o Conselheiro **Marco Bailon (Oceano)**: esclareceu que a apresentação tratava da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, composta por sociedade civil e poder público, e não do grupo de trabalho anterior. Destacou que o título da conferência, “Pesca e Aquicultura: de Política de Governo a Política de Estado”, reforça a necessidade de políticas públicas permanentes. Apresentou metodologia inovadora para validar ações existentes e evitar propostas genéricas, com oito eixos temáticos: gestão; valorização da pesca artesanal; aquicultura sustentável; equidade de gênero; infraestrutura e mercado; conhecimento e inovação; fortalecimento institucional; e sustentabilidade e justiça climática. Informou que serão realizadas conferências preparatórias estaduais e no DF, com etapas presenciais de 2 de março a 18 de maio e online de 17 a 18 de maio, culminando na nacional com 500–600 delegados, menor que edições anteriores, garantindo foco e eficiência. Ressaltou que o cronograma é apertado devido ao ano eleitoral e que os documentos fortalecerão o Ministério e protegerão políticas públicas.

15.4 Com a palavra, o Conselheiro **Ajax Tavares (Confapesca)**: registrou que o resumo apresentado resulta de um ano de trabalho, inspirado no modelo do Clube Nacional da Pesca

Artesanal, com regimento definido, participação regional e atenção à equidade de gênero, visando transformar a pesca artesanal em política de Estado de longo prazo (10 anos). O Senhor Ajax explicou que, devido a recursos limitados, o número de participantes foi reduzido para garantir ações factíveis e implementáveis. Destacou a importância de fortalecer o Ministério da Pesca como política de Estado permanente, lembrando a instabilidade histórica do órgão, e propôs tornar o Conape deliberativo sem comprometer sua autoridade. Finalizou enfatizando que a conferência visa aprovar o Plano Nacional da Pesca e consolidar o Ministério, solicitando engajamento dos participantes para críticas e sugestões.

15.5 Com a palavra, o Conselheiro **Dárlio Teixeira (SBFIc)**: destacou a inovação das conferências livres, permitindo reuniões virtuais de entidades como ABCC e Oceana, com regras de participação e prazos definidos, aproveitando propostas já debatidas. Citou exemplo de conferência de ciência e tecnologia em que o plano estratégico do conselho foi entregue à presidência, evidenciando o poder de influência do Conape e reforçando a expectativa de que o conselho de pesca e aquicultura alcance similar efetividade

15.6 Com a palavra, o Conselheiro **Marco Bailon (Aoceano)**: destacou que a conferência é oportunidade para elaborar o Plano Estratégico da Pesca e Aquicultura, consolidando o Ministério da Pesca como órgão autônomo e permanente, com ações contínuas independentemente de mudanças políticas, transformando as propostas em política de Estado duradoura.

15.7 Com a palavra, a Senhora **Naetê Barbosa Lima Reis (APSD)**: informou que regimento interno, portaria e nota técnica da conferência já foram encaminhados à Conjur, e que, em janeiro e fevereiro, em parceria com a UNB, será elaborado o guia metodológico, o guia do participante e o caderno básico, documentos essenciais para a condução da conferência.

15.8 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: parabenizou a APSD e a equipe pela execução da conferência, destacou a metodologia financeiramente viável e a ampla participação prevista, e expressou confiança no êxito do evento.

15.9 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Conepe)**: agradeceu aos conselheiros, destacando que representam diferentes segmentos da pesca e aquicultura, com atenção à pesca industrial. Observou que, embora a conferência valorize pesca artesanal e comunidades tradicionais, faltam referências à pesca industrial, sugerindo sua inclusão. Ressaltou que as propostas devem garantir inclusão, considerando todos como irmãos de atividade, território e recursos naturais.

15.10 Com a palavra, o Conselheiro **Marco Bailon (Aoceano)**: destacou que os eixos temáticos necessitam de aprovação, ajustes ou acréscimos pela comissão. Apresentou recomendações com foco em sustentabilidade, valorização do conhecimento e questões dos pescadores embarcados, esclarecendo que não tratou especificamente da pesca industrial. Informou que suas contribuições, debatidas na última reunião, foram incluídas nos documentos do Conape, embora nem todas as propostas aprovadas pela comissão tenham sido plenamente integradas à versão final por falta de tempo.

15.11 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Conepe)**: informou que encaminhará suas considerações à equipe indicada pelo Senhor Ajax, ressaltando a diversidade de opiniões. Destacou satisfação com o título do eixo, por valorizar a pesca e a aquicultura como política de Estado, pertencente à sociedade e não restrita ao Ministério da Agricultura.

15.12 Com a palavra, a Conselheira **Letícia Canton (Oceano Brasil)**: cumprimentou e parabenizou a realização das conferências, destacando sua relevância para a sociedade civil e movimentos sociais após longo período sem eventos. Ressaltou que pesca artesanal e movimentos sociais também podem participar de conferências livres, citando exemplos de

inclusão de delegadas pescadoras. Enfatizou a importância da participação da Secretaria Nacional da Pesca Artesanal e de diversos movimentos no GNAP, reconhecendo a atuação do Conselho Pastoral, e confirmou a realização da conferência livre da pesca artesanal com eleição de delegados.

15.13 Com a palavra, o Conselheiro **Sérgio Velho (MDIC)**: parabenizou a comissão organizadora pelo trabalho na conferência nacional e destacou sua relevância. Informou articulação com o MPA e a indústria da pesca, manifestando intenção de organizar conferência livre com participação do poder público, academia e setor privado, no modelo do tríplice hélice, visando fortalecer a indústria do pescado e ampliar a capacidade de exportação.

15.14 Com a palavra, o Conselheiro **Dárlio Teixeira (SBFic)**: respondeu às colocações anteriores, esclarecendo que já há ideias definidas e reuniões realizadas sobre a nova portaria do grupo de trabalho, aguardando publicação. Destacou que todas as conferências devem seguir os eixos estabelecidos e que as conferências livres devem ser organizadas com o Conape. Reafirmou seu compromisso e experiência com a pesca artesanal, ressaltando que houve diálogo para garantir equidade entre aquicultura e pesca artesanal e que esta possui plena capacidade de organizar conferências livres. Informou ainda que contribuições de fóruns e regionais serão incorporadas à conferência nacional.

15.15 Com a palavra, o Conselheiro **Marco Bailon (Aoceano)**: explicou que a redução das discussões busca otimizar recursos e aproveitar trabalhos já realizados, como o fórum da pesca artesanal, visando validar contribuições para a conferência nacional. Informou que a pesca industrial será tratada como subeixo, e não como eixo específico, reconhecendo que o tema ainda recebe pouca ênfase, o que deverá ser debatido nas próximas reuniões do conselho.

15.16 Com a palavra, o Conselheiro **Ajax Tavares (Confapesca)**: reconheceu que poderia ter dado maior ênfase à pesca industrial, pediu desculpas pela limitação de sua oratória e reafirmou o compromisso de valorizar todos os segmentos da pesca e da aquicultura de forma integrada na conferência.

15.17 Com a palavra, o Conselheiro **Dárlio Teixeira (SBFic)**: comentou a fala do representante do MDIC ressaltando que ela sintetizou de maneira adequada os diálogos realizados nas reuniões anteriores, bem como as ações que se pretende executar nas próximas conferências estaduais e na conferência nacional.

15.18 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: complementou informando que a UnB apoiará a metodologia da conferência, com elaboração de caderno básico contendo síntese das conferências anteriores, políticas em execução e propostas em desenvolvimento. Destacou que os eixos terão textos, subitens e perguntas orientadoras para apoiar as oficinas e garantir propostas consistentes.

15.19 Com a palavra, a Senhora **Valmira Gonçalves (CPP)**: solicitou que o sistema das conferências livres seja simples e acessível, evitando modelos complexos que exijam gravação e edição de vídeos, de modo a garantir que todos os participantes possam registrar suas conferências com facilidade.

15.20 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: agradeceu à Senhora Valmira pela contribuição apresentada, destacando sua importância para evitar a repetição de erros já cometidos em experiências anteriores.

16. INFORMES GERAIS

16.1 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: informou que houve questionamentos à posse da CBPA, mas a Conjur confirmou sua legalidade, por cumprimento

do edital, habilitação e eleição válida. A Conjur sugeriu, se o conselho desejasse, a criação de comissão para eventual processo administrativo. Foi esclarecido que a entidade realizou nova eleição, afastando membros citados na CPMI do INSS. O conselho deliberou que não há base legal para impedir a participação da CBPA, registrando que apenas três entidades apoiaram a abertura de processo administrativo.

16.2 Com a palavra, o Conselheiro **Itamar Rocha (ABCC)**: destacou que o relatório recente carece de detalhamento sobre a destinação dos recursos e unidades responsáveis, apontando inconsistências na análise e fiscalização. Ressaltou a necessidade de atuação séria e comprometida para garantir apoio efetivo aos produtores junto ao Ministério da Pesca.

16.3 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Conepe)**: explicou que o processo seguiu trâmites formais, com análise documental, submissão ao conselho e eleição, e que a Conjur concluiu não haver base legal para anulá-lo. Destacou ainda que o estatuto permite a criação de comissão de auditoria, com impedimentos previstos para participação de membros em situações específicas.

16.4 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: esclareceu que qualquer medida deve respeitar o devido processo legal, com garantia do direito de defesa, e que eventual afastamento de membro exige a instauração de processo administrativo, a ser julgado pelo pleno do Conape com base no relatório da comissão.

16.5 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Conepe)**: afirmou que não pretende afastar membros, mas compreender a situação com cautela. Defendeu maior rigor na avaliação do histórico e comprometimento dos integrantes, mencionando preocupações oriundas de casos anteriores, e manifestou interesse em integrar eventual comitê de análise, ouvir todas as partes e acompanhar a atuação da nova diretoria de forma imparcial e construtiva.

16.6 Com a palavra, o Conselheiro **Clóvis Amorim (Confespa)**: ressaltou que se manifestou para garantir que todas as partes fossem ouvidas, assegurando direito de defesa e transparência. Destacou a diversidade de condutas nas entidades de pescadores e, com base em sua experiência, enfatizou a importância de promover seriedade, ética e fortalecimento da democracia interna no conselho.

16.7 Com a palavra, o Conselheiro **Chico Almada (CNCTC)**: ressaltou que a situação é delicada e que qualquer votação sobre afastamento deve ser conduzida com cautela, critérios claros e participação de comissão, assegurando o direito de defesa. Manifestou interesse em acompanhar o processo para garantir decisão justa, fundamentada e sem precipitações.

16.8 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: destacou que adotou cautela ao convocar a representante da entidade, garantindo seu direito de manifestação e o sigilo dos envolvidos. Informou que a representação foi formalizada junto à Secretaria Nacional e reforçou a tradição do conselho de buscar consensos, sugerindo ouvir todas as partes para construir um encaminhamento coletivo.

16.9 Com a palavra, o Conselheiro **Ajax Tavares (Confapesca)**: afirmou que o episódio foi um dos mais difíceis de sua trajetória no conselho, reconhecendo um equívoco coletivo quanto à discussão sobre a entidade, que deveria ter ocorrido antes da eleição. Destacou a importância de ouvir todos, combater preconceitos contra pescadores e valorizar a profissão por meio de políticas públicas. Enfatizou a necessidade de preservar a seriedade e a integridade do conselho, evitando influências de grupos com histórico de irregularidades, e concluiu defendendo atuação pautada por coragem, responsabilidade e compromisso com o fortalecimento da pesca e aquicultura.

16.10 Com a palavra, o Senhor **Sérgio Pinho (ABCC)**: enfatizou o respeito aos pescadores vinculados à entidade e observou que algumas entidades já foram influenciadas por grupos que, mesmo afastados formalmente, mantêm poder e se esquivam de responsabilidades. Diante disso, sugeriu a suspensão preventiva da entidade para análise adequada da situação, defendendo que a comissão avalie, se necessário, o afastamento de indivíduos específicos ou a manutenção da entidade apenas após uma reestruturação interna, a fim de preservar a integridade do conselho.

16.11 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: esclareceu que a consulta à Conjur ocorreu em razão da representação contra a entidade, com o objetivo de avaliar suspensão ou afastamento. Informou que a Conjur orientou que o conselho não pode adotar medidas preventivas unilaterais, devendo instituir comissão, realizar oitiva, elaborar relatório e assegurar ampla defesa à entidade antes de qualquer deliberação.

16.12 Com a palavra, o Conselheiro **Ajax Tavares (Confapesca)**: destacou a necessidade de cautela na condução dos processos do conselho, ressaltando que a intenção inicial era suspender a posse para avaliar a regularização das condutas individuais, sem prejudicar a entidade ou os pescadores filiados. Informou que, caso a comissão seja criada, não participará para garantir isenção, enfatizando que entidades que apresentaram representação não devem integrá-la.

16.13 Com a palavra, o Senhor **Sérgio Pinho (ABCC)**: manifestou dúvida sobre o procedimento, questionando se o parecer da comissão será submetido ao pleno para deliberação. Destacou que eventual suspensão preventiva pelo pleno não seria juridicamente possível, conforme os esclarecimentos apresentados.

16.14 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: disse que não, pois tem que haver o processo administrativo.

16.15 Com a palavra, o Senhor **Sérgio Pinho (ABCC)**: afirmou que não considera justo adotar decisão naquele momento sobre a pessoa mencionada, ressaltando que não a conhece e que não é adequado imputar julgamento prévio. Declarou renunciar ao encaminhamento imediato, observando que a interessada está em processo eleitoral e deve levar consigo a realidade debatida. Acrescentou que, caso haja conclusão futura, a instância competente poderá avaliar a adoção de suspensão para apuração dos fatos.

16.16 Com a palavra, a Conselheira **Roosekelly de Souza (CBPA)**: informou que foi aceita a suspensão para averiguação dos fatos e colocou-se à disposição do conselho. Esclareceu que a CBPA, embora recente, possui representação formal de federações em diversos estados e atua na defesa de pescadores trabalhadores. Reconheceu problemas na diretoria anterior, que foi afastada, informando que a presidência passou a Dona Raimunda e que haverá nova eleição para recomposição da diretoria. Destacou as dificuldades de acesso à informação e à tecnologia enfrentadas pelos pescadores, afirmou que não é investigada e que atua no Conape apoiando o processo de transição da entidade. Reforçou que a CBPA representa coletivamente inúmeros trabalhadores do setor e permanece disponível para prestar esclarecimentos.

16.17 Com a palavra, a Conselheira **Maria José (CNPA)**: manifestou questionamentos sobre a situação institucional da entidade, diante da informação de renúncia da diretoria anterior, indagando se há nova eleição em curso, se existe direção provisória e se a atual representação possui legitimidade formal perante o cartório. Ressaltou a necessidade de apresentação ao Conape da ata de eleição e da documentação da nova diretoria. Destacou ainda que, embora a atual representante atue como substituta, há histórico de condução da entidade desde 2015 que, em sua avaliação, tem prejudicado a pesca artesanal, motivando posicionamentos de entidades favoráveis à retirada da CBPA do conselho, não apenas em razão da CPMI, mas por outros fatores acumulados. Apontou que tais práticas têm impactado negativamente a imagem

dos pescadores artesanais e colocou-se à disposição para integrar eventual comissão como representante da categoria.

16.18 Com a palavra, o Conselheiro **Marco Bailon (Aoceano)**: ponderou que a situação aponta dois possíveis encaminhamentos: a constituição de comissão, conforme orientação jurídica, ou o afastamento voluntário da entidade. Ressaltou que não cabe ao colegiado deliberar, naquele momento, sobre afastamento voluntário, mas sim estabelecer prazo para que a comissão, uma vez criada, conduza o processo administrativo. Destacou a relevância das informações prestadas pela representante da entidade sobre o afastamento da diretoria anterior e sugeriu encaminhar as discussões aos pares da entidade, com a criação da comissão para análise adequada dos fatos.

16.19 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo**: esclareceu que não era possível, naquele momento, definir a situação jurídica da entidade, pois havia apenas a documentação de renúncia da diretoria anterior, sendo necessária a solicitação de documentos da nova diretoria para análise. Ressaltou que a comprovação documental é indispensável, não sendo a questão passível de solução imediata. Sugeriu nova consulta para melhor encaminhamento e afirmou que os encaminhamentos propostos não se excluem. Registrou consenso quanto à criação de comissão, sem necessidade de votação formal, esclarecendo que o processo administrativo seguirá regras próprias da administração pública, com instituição da comissão por portaria e definição posterior de prazos. Informou que havia voluntários para compor a comissão, incluindo ele próprio, e que a Faep também se voluntariou.

16.20 Com a palavra, o Conselheiro **Marco Bailon (Aoceano)**: disse para dar mais celeridade ao processo administrativo da CBPA na Conjur.

16.21 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: informou que o tema correspondia ao segundo momento da pauta, decorrente de solicitação do conselheiro Cardoso sobre audiência pública. Recordou que, enquanto o conselheiro participava da audiência, o colegiado pactuou a realização de reunião extraordinária específica para tratar do tema, já solicitada pelo Conape. Ressaltou que, devido ao horário avançado, a inclusão imediata poderia prejudicar o debate, esclarecendo que não houve recusa à pauta, mas respeito à deliberação prévia de tratar o assunto em reunião extraordinária.

16.22 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Conepe)**: informou que participou de audiência com o ministro, na qual foi destacado que os avanços obtidos representam terreno conquistado, embora o processo legislativo ainda esteja em fase inicial e demande novas etapas no Congresso. Ressaltou que o principal avanço foi a superação da inércia e que não há oposição à condução do tema pelo Ministério. Destacou que o papel do conselho é garantir a continuidade do debate, e não discutir autoria. Manifestou discordância quanto a falas consideradas excessivas em audiência pública e avaliou que a realização de reunião extraordinária permitirá amadurecer o tema, apagar divergências e preservar os avanços alcançados.

16.23 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo (Conape)**: apresentou o cronograma preliminar de reuniões para o próximo ano, considerando feiras e eventos do setor. Esclareceu que, na primeira reunião, seria feita apenas a validação inicial da proposta, com prazo posterior para sugestões de ajustes, conforme prática do mandato anterior. Destacou que, havendo concordância, o cronograma seria apresentado aos pares para verificação de eventuais conflitos de datas. Informou que, após a convalidação, a próxima reunião está prevista para os dias 10 e 11 de março.

16.24 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: iniciou a apresentação dos encaminhamentos da reunião, informando que a lista poderia ser complementada. Leu o primeiro encaminhamento, relativo à proposta de nota de repúdio ao IBAMA pela ausência de

resposta sobre o estudo da espécie *Potamotrygon leopoldi*, registrando a manifestação contrária do Conepe.

16.25 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Conepe)**: manifestou que a nota de repúdio não seria eficaz e sugeriu, em alternativa, convocar o IBAMA para uma reunião presencial e direta, a fim de promover diálogo efetivo e buscar solução concreta para a questão.

16.26 Com a palavra, o Conselheiro **Maxuel Costa (FNTTAA)**: manifestou-se como pescador em atividade, relatando dificuldades recorrentes na fiscalização do IBAMA e do ICMBio, que aplicam normas definidas em Brasília sem margem de diálogo. Destacou problemas relacionados ao defeso, ao descarte de pescado e ao risco de penalizações no transporte, defendendo a revisão das normas e a realização de audiência pública com os órgãos ambientais. Ressaltou restrições adicionais impostas por áreas ambientais, especialmente no Rio de Janeiro, e conflitos decorrentes de novas interpretações fiscais não previstas na legislação, sobretudo quanto à fauna acompanhante, o que tem gerado insegurança jurídica e impactos negativos à atividade pesqueira.

16.27 Com a palavra, o Conselheiro **Ricardo dos Santos (Abla)**: destacou que o tema é recorrente e debatido há anos no Conape e em outras instâncias, sem avanços concretos. Avaliou que a proposta de nota de repúdio decorre da falta de respostas e da ausência do IBAMA nas discussões, mesmo quando formalmente convidado, entendendo que novas convocações tendem a resultar apenas em promessas não cumpridas. Ressaltou que a nota não resolve o problema, mas registra oficialmente a omissão do órgão. Citou impactos em diferentes segmentos, como a aquariofilia, exemplificando a paralisação da exportação de peixes ornamentais por depender de um único fiscal. Concluiu que a nota de repúdio seria um instrumento formal para manter o debate e reforçar a cobrança institucional ao IBAMA.

16.28 Com a palavra, o Conselheiro **Márcio José (CNCTC)**: questionou sobre a possibilidade de retomada do tema já anteriormente apresentado, referente às demandas do Estado de São Paulo relacionadas ao plano de manejo da pesca de superfície. Destacou a importância de aproveitar a presença do Secretário para reiterar a solicitação de urgência na apreciação da pauta, a fim de viabilizar o planejamento das atividades para o próximo ano. Ressaltou que a ausência de manifestação do Ibama ou do Ministério do Meio Ambiente poderá inviabilizar o exercício da atividade pesqueira por parte dos pescadores do Estado de São Paulo, especialmente daqueles que atuam na pesca de tainha e de outras espécies de relevância econômica, como os pescadores que utilizam redes de boeira e operam na pesca de superfície. Por fim, enfatizou a necessidade de avanço célere da matéria, de modo a permitir o devido encaminhamento das informações às comunidades pesqueiras do território.

16.29 Com a palavra, a Conselheira **Leticia Canton (Oceano Brasil)**: destacou que a proposta de moção de repúdio foi apresentada e discutida sem oposição do colegiado, devendo, portanto, ser mantida. Ponderou que o IBAMA não integra formalmente o Conselho e sugeriu que, além da moção, seja encaminhado comunicado ao MMA, órgão representado no colegiado, para tratar dos entraves apontados.

16.30 Com a palavra, o Conselheiro **Marco Bailon (Aoceano)**: afirmou que as notas de repúdio estão esvaziadas e não produzem efeitos práticos. Defendeu a adoção de medida institucional mais firme, como o envio de correspondência ao IBAMA exigindo resposta formal, com prazos e esclarecimentos sobre as omissões. Avaliou que essa iniciativa teria maior força e evitaria desgaste no diálogo. Registrou convergência com posicionamento do conselheiro Cardoso e questionou quais instrumentos o Ministério da Pesca pode utilizar diante do descaso e da ausência de respostas do órgão.

16.31 Com a palavra, o Conselheiro **Chico Almada (CNCTC)**: esclareceu que a nota de repúdio atende a demanda reiterada do CPG, nunca respondida pelo IBAMA nem no CPG nem no

Conape. Argumentou que rejeitá-la reforçaria a percepção de desconsideração às deliberações dos colegiados e aos segmentos representados. Afirmou não haver outro instrumento com igual peso político para provocar formalmente o órgão. Relatou ainda que a presença de representantes do IBAMA armados nas reuniões do CPG gera intimidação e desconforto, alertando que situação semelhante no Conape poderia comprometer o diálogo institucional.

16.32 Com a palavra, a **Secretária Adriana Toledo**: apoiou a posição de acionar instância superior ao IBAMA, lembrando que notas de repúdio anteriores resultaram em resposta do MMA e providências concretas após interlocução com a equipe da ministra Marina Silva. Defendeu, assim, a elaboração de documento formal do Conape ao MMA, detalhando pendências e cobrando providências para que o IBAMA cumpra os encaminhamentos pactuados, avaliando que isso teria maior força política que nova nota de repúdio. Adriana Toledo reforçou que a proposta se refere aos compromissos assumidos com o conselho, destacou seu caráter sugestivo e informou que a Secretaria Executiva fará ajustes pendentes e encaminhará aos conselheiros para validação.

16.33 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: informou como segundo encaminhamento a apresentação ao Conape das possíveis alterações na Portaria MPA nº 127/2023, que regula o Registro Geral da Atividade Pesqueira, em razão de seu processo de revisão, motivado sobretudo por demandas do setor industrial quanto à exigência de documentação trabalhista. Informou-se que será apresentada ao conselho uma minuta com as alterações propostas, para análise e contribuições dos conselheiros antes do encaminhamento final. Como terceiro encaminhamento, propôs-se a realização de reuniões extraordinárias para tratar de matérias legislativas em tramitação, especificamente os PLs nº 4.789/2024 e nº 4.470/2024. Registrou-se a sugestão da entidade Oceana para que os projetos sejam debatidos em reuniões distintas, em razão de sua complexidade, submetendo-se ao plenário a deliberação sobre a realização de uma reunião extraordinária específica para cada projeto.

16.34 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Conepe)**: agradeceu à comissão organizadora pelo trabalho realizado e destacou a importância da construção da conferência nacional. Ressaltou que os conselheiros representam diferentes segmentos da pesca e da aquicultura e observou que, nos eixos temáticos apresentados, não identificou a inclusão explícita da pesca industrial. Defendeu que o segmento também seja contemplado, enfatizando que pesca artesanal e industrial são atividades complementares, que compartilham território, recursos e desafios. Alertou para o risco de exclusão quando propostas não consideram todos os segmentos e sugeriu que os eixos sejam formulados de forma a reconhecer e valorizar toda a cadeia da pesca e da aquicultura, como política de Estado inclusiva.

16.35 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: deliberou-se que a reunião extraordinária para apreciação dos Projetos de Lei contará com a participação dos relatores das matérias. Em seguida, definiu-se o envio aos conselheiros de todas as notas técnicas do MPA sobre proposições legislativas relacionadas à pesca e à aquicultura, visando ampliar a transparência e qualificar o debate. Também ficou acordado que o MPA articulará com conselhos profissionais competentes o cadastramento de profissionais habilitados como vistoriadores, a fim de ampliar a disponibilidade desses profissionais, especialmente em estados com déficit, como São Paulo.

16.36 Com a palavra, o Conselheiro **Elizeu de Brito (Faep)**: deliberou-se que o MPA articulará com o sistema CONFEA/CREA o uso do cadastro nacional de engenheiros habilitados, permitindo sua atuação em vistorias privadas em estados com déficit de vistoriadores. Destacou-se que o registro profissional é nacional e que a limitação atual decorre de norma do próprio MPA, a qual deverá ser revista para compatibilização. Houve compromisso de promover reunião com o CONFEA, mediante solicitação com antecedência mínima de dez dias.

16.37 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: consolidou os encaminhamentos finais da reunião consistindo na criação de espaço no site do Conape para divulgação das agendas dos comitês garantindo transparência na atuação colegiada na solicitação de prorrogação da Portaria SAPE MAPA n° 356 relativa à pesca assistida em São Paulo e na instalação do grupo técnico científico previsto em norma anterior deliberou se também pelo envio prévio aos conselheiros do caderno do Planejamento Estratégico do MPA ficando eventual reunião extraordinária condicionada às manifestações do colegiado definiu se procedimento para recebimento e divulgação antecipada de contribuições à pauta do Conape bem como a criação de comissão específica para instaurar e conduzir processo administrativo relacionado às representações envolvendo a CBPA assegurando contraditório ampla defesa e posterior deliberação do Plenário deliberou se ainda pela disponibilização prévia do Plano Nacional da Aquicultura e inclusão do tema na próxima reunião ordinária registrou se pôr fim a proposta de futura criação de comitê específico para a pesca artesanal a ser formalmente pautada em reunião subsequente acompanhada de minuta própria encerrando se os trabalhos com agradecimentos aos participantes e o registro do início do biênio 2025–2027 do Conape.

17. Encaminhamentos

1. Oficializar ao MMA todos os assuntos e temas que não foram respondidos/atendidos para pelo IBAMA no âmbito do Conape e nos CPGs.
2. Apresentar ao Conape as possíveis alterações a serem realizadas na Portaria MPA n° 127, de 20 de agosto de 2023, que estabelece as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para o Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, para a concessão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional.
3. Realizar duas reuniões extraordinárias para tratar sobre o PL 4789/2024 e para tratar do PL 4470/2024, com participação da relatoria da matéria.
4. Encaminhar todas as notas técnicas do MPA sobre PIs em tramitação para os conselheiros.
5. MPA articular junta aos Conselhos Profissionais (CONFEA/CREA, AOCEANO e outros) sobre o cadastro de profissionais para obtenção do Certificado de Vistoriador para ampliar o número de vistoriadores por abrangência regional.
6. Abrir uma área no site eletrônico para publicar as atas dos Comitês do Conape.
7. Solicitar prorrogação imediata da vigência da Portaria SAP/MAPA n°356/2021, que autoriza a pesca assistida com emalhe de superfície no Estado de São Paulo e instaura um novo Grupo Técnico-Científico para tratar do tema.
8. Encaminhar o caderno do Planejamento Estratégico na íntegra para análise dos conselheiros.
9. Adotar procedimento de recebimento de contribuições à pauta do Conape, de modo que os membros tenham acesso às sugestões e possam participar da escolha da pauta.
10. Criar comissão para estabelecer processo administrativo para tratar sobre a situação; ao que envolve a CBPA.
11. Disponibilizar o Plano Nacional de Aquicultura para o Conape colaborar antes de ir para plataforma Brasil Participativo.

18. Encerramento

18.1 Com a palavra, **o Secretário Executivo Rivetla Édipo:** manifestou agradecimento aos conselheiros e às conselheiras, bem como às Secretarias do Ministério da Pesca e Aquicultura presentes, pelo apoio técnico prestado, pela colaboração, pela disponibilidade e pelo tempo dedicados aos trabalhos, que possibilitaram a ampla apreciação dos temas relacionados à pesca e à aquicultura no país, fortalecendo a atuação e a legitimidade deste colegiado, e declarou encerrada a 46^a Reunião Ordinária do Conape.